



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Mestrado em Ciência Política

Dissertação de Mestrado

Tema: *“Análise comparativa da legitimidade democrática em cinco países: Moçambique, Tanzânia, África do Sul, Portugal e Brasil (2004-2021)”*

Autor:

Raul dos Santos Carmelo Pontes

Supervisor:

Prof. Doutor Eduardo J Siteo

Maputo

2023



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Mestrado em Ciência Política

Dissertação de Mestrado

Tema: *“Análise comparativa da legitimidade democrática em cinco países: Moçambique, Tanzânia, África do Sul, Portugal e Brasil (2004-2021)”*

Autor:

Raul dos Santos Carmelo Pontes

Supervisor:

Prof. Doutor Eduardo J Siteo

Maputo

2023

DECLARAÇÃO

Tema: “Análise comparativa da legitimidade democrática em cinco países: Moçambique, Tanzânia, África do Sul, Portugal e Brasil (2004-2021)”.

Declaro que esta dissertação de mestrado não foi apresentada para a obtenção de qualquer grau ou em outro âmbito e que constitui o resultado do meu labor individual. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre pela Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

Autor: Raul dos Santos Carmelo Pontes

Maputo, aos ___/___/___

O Júri

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

Data

___/___/___

ÍNDICE

DECLARAÇÃO	3
AGRADECIMENTOS	10
DEDICATÓRIA	11
RESUMO.....	12
ABSTRACT.....	13
EPIGRAFE	14
INTRODUÇÃO	15
PROBLEMA.....	16
OBJECTIVOS.....	16
JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DO TEMA	17
HIPÓTESES	17
REVISÃO DE LITERATURA E CONCEITOS	17
METODOLOGIA.....	19
CAPÍTULO I	20
1. QUADRO TEÓRICO ANALÍTICO.....	20
1.1. LEGITIMIDADE.....	20
1.1.1. Tipologia de Legitimidade	20
1.1.2. Democracia critério da Legitimidade Democrática	21
1.1.3. Legitimidade democrática	22
1.2. ELEIÇÕES.....	23
1.2.1. As Eleições nos cinco países em análise.....	24
1.2.1.1. Moçambique	24
1.2.1.1.1. Eleições Presidenciais.....	24
1.2.1.1.2. Eleições Legislativas.....	26
1.2.1.2. Tanzânia.....	29
1.2.1.2.1. Eleições Presidenciais 2005-2020.....	29
1.2.1.2.2. Eleições Legislativas 2005-2020	31
1.2.1.3. África do Sul.....	33
1.2.1.3.1. Eleições Legislativas.....	33
1.2.1.4. Portugal.....	35

1.2.1.4.1.	Eleições Presidenciais.....	35
1.2.1.4.2.	Eleições Legislativas.....	37
1.2.1.5.1.	Eleições Presidenciais.....	41
1.2.1.5.2.	Eleições Legislativas.....	43
1.3.	DEMOCRATIZAÇÃO E CULTURA POLITCA.....	46
1.3.1.	A Democratização e abordagens teóricas.....	46
1.3.2.	As Fases da Democratização.....	48
1.3.3.	Os casos de Democratização.....	51
1.3.3.1.	Moçambique.....	51
1.3.3.2.	Tanzânia.....	52
1.3.3.3.	África do Sul.....	53
1.3.3.4.	Portugal.....	54
1.3.3.5.	Brasil.....	54
1.3.4.	Os casos de Democratização comparados.....	56
1.4.	A Cultura Política.....	59
1.4.1.	Casos comparados de Cultura Política.....	60
CAPÍTULO II.....		69
2. INTERPRETAÇÃO DE DADOS E RESULTADOS.....		69
CONCLUSÃO.....		73
RECOMENDAÇÕES.....		75
BIBLIOGRAFIA.....		76
SITES.....		87

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela.1. Tipos de Legitimidade	20
Tabela.2. Resultados das eleições Presidenciais de 2004	24
Tabela.3. Resultados das eleições Presidenciais de 2009	24
Tabela.4. Resultados das eleições Presidenciais de 2014	25
Tabela.5. Resultados das eleições Presidenciais de 2019	25
Tabela.6. Resultados e mandatos das eleições legislativas de 2004	26
Tabela.7. Resultados e mandatos das eleições legislativas de 2009	27
Tabela.8. Resultados e mandatos das eleições legislativas de 2014	27
Tabela.9. Resultados e mandatos das eleições legislativas de 2019	28
Tabela.10. Resultados das eleições Presidenciais de 2005	29
Tabela.11. Resultados eleições Presidenciais 2010	29
Tabela.12. Resultados eleições Presidenciais 2015	30
Tabela.13. Resultados eleições Presidenciais 2020	30
Tabela.14. Resultados e mandatos das eleições legislativas de 2005	31
Tabela.15. Resultados e mandatos das eleições legislativas de 2010	31
Tabela.16. Resultados e mandatos das eleições legislativas de 2015	32
Tabela.17. Resultados e mandatos das eleições legislativas de 2020	32
Tabela.18. Eleições Legislativas 2004.....	33
Tabela.19. Eleições Legislativas 2009	34
Tabela.20. Eleições Legislativas 2014.....	34
Tabela.21. Eleições Legislativas 2019	34
Tabela.22. Eleições presidenciais 2006	35
Tabela.23. Eleições presidenciais 2011	36
Tabela.24. Eleições presidenciais 2016	36
Tabela.25. Eleições presidenciais 2021	37
Tabela.26. Eleições legislativas 2005	37
Tabela.27. Eleições legislativas 2009	38
Tabela.28. Eleições legislativas 2011	38
Tabela.29. Eleições legislativas 2015	39
Tabela.30. Eleições legislativas 2019	39

Tabela.31. Eleições Presidenciais 2006	41
Tabela.32. Eleições Presidenciais 2010	41
Tabela.33. Eleições Presidenciais 2014	42
Tabela.34. Eleições Presidenciais 2018	42
Tabela.39. As quatro abordagens sobre a Democratização	47
Tabela.40. As Fases da Democratização.....	48
Tabela.41. Consolidação Democrática	50
Tabela.42. Transições para Democracia	58
Tabela.43. Cultura Política	71
Tabela.44. Fórmula de cálculo da Legitimidade Democrática	69
Gráfico. 1. Resultados Percentuais das eleições presidenciais 2004-2019	26
Gráfico.2. Mandatos atribuídos nas eleições legislativas 2004-2019	28
Gráfico 3. Percentagens de resultados das eleições Presidenciais de 2005-2015	30
Gráfico.4. Mandatos eleições legislativas de 2005-2020.....	33
Gráfico.5. Mandatos atribuídos nas eleições legislativas 2004-2019	35
Gráfico. 6. Resultados das eleições presidenciais 2006-2021	37
Gráfico. 7. Mandatos eleições Legislativas Portugal 2005-2019	40
Gráfico.8. Resultados percentuais das eleições presidenciais 2006-2018	43
Gráfico. 9. Mandatos eleições legislativas para o Senado 2006-2018.....	45
Gráfico.10. Mandatos eleições legislativas para a Câmara dos Deputados 2006-2018.....	46
Gráfico. 11. Transição democrática dos países analisados	56
Gráfico.12. Eleições Presidenciais e Legitimidade Democrática	69
Gráfico.13. Eleições Legislativas e Legitimidade Democrática.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS

II GM	Segunda Guerra Mundial
AC	Assembleia Constituinte
AD	Aliança para Mudança Democrática
AGP	Acordo Geral de Paz
NA	Assembleia Nacional
ANC	Congresso Nacional Africano
AP	Partido Africâner
AR	Assembleia da República
ASP	Partido Afro-Shirazi
BE	Bloco de Esquerda
CCM	Chama Cha Mapinduzi/Partido da Revolução
CCW	Chama Cha Wananchi
CEDAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CDS	Centro Democrático e Social
CDU	Coligação Democrática Unitária
CFB	Constituição Federal do Brasil
CHADEMA	Partido da Democracia e Progresso
CIE	Comissão Independente de Eleições
CNE	Comissão Nacional de Eleições
COPE	Congresso do Povo
CRM	Constituição da República de Moçambique
CRP	Constituição da República de Portugal
CTE	Comissão Técnica Eleitoral
CUF	Frente Unida Cívica
DA	Aliança Democrática
EFF	Combatentes da Liberdade Económica
FRELIMO	Frente de Libertação Nacional de Moçambique
IFP	Inkatha Partido da Liberdade
LD	Legitimidade Democrática
LE	Legitimidade Eleitoral

LI	Legitimidade Ideológica
LP	Legitimidade Performance
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
MFA	Movimento das Forças Armadas
MSSD	Most Similar System Design
NP	Partido Nacional
ONU	Organizações das Nações Unidas
OS	Organizações Sindicais
OSC	Organizações Sociedade Civil
PAC	Congresso Pan Africanista da Azania
PCP	Partido Comunista Português
PF	Portugal à Frente
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR	Presidente da República
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
SAP	Partido Sul Africano
STAE	Secretariado Técnico de Administração Eleitoral
TANU	União Africana Nacional de Tanganyika
TC	Tribunal Constitucional
UDN	União Democrática Nacional
UP	Partido Unionista
UPDP	Partido Democrático do Povo Unido
UDN	União Democrática Nacional
ZNP	Partido Nacional de Zanzibar
ZPPP	Partido do Povo de Zanzibar e Pemba

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradecer a Deus todo-poderoso pela força e por ter sido meu escudo e sustento na minha jornada acadêmica, aos meus pais Edgar dos Santos Carmelo Pontes⁺, e Zulmira Borges de Carvalho, pelo amor incondicional, o carinho, a educação, as lições de vida e o exemplo de honestidade, retidão, trabalho duro, proactividade.

Agradecer o apoio dos meus irmãos Deolinda, Alnifa Celda, Carlos, Edgar, Amélia, Edna, o meu cunhado Marian, as minhas sobrinhas Eduarda Luísa, Alexandra, Lau, Anaya, Daniela, Lisa, Kay e Beteleya .

Em particular os meus agradecimentos, ao corpo docente, pelas lições, ensinamentos, valores e princípios transmitidos no processo de leccionação das cadeiras curriculares, muito obrigado aos excelentíssimos, Professor Doutor Eduardo Júlio Siteo, Professor Doutor José J. Macuane, Professor Doutor Salvador Forquilha, Professor Doutor Egídio Guambe, Professor Doutor Eduardo Chiziane.

DEDICATÓRIA

À Deus Todo-Poderoso, ao meu pai Edgar dos Santos Carmelo Pontes⁺ e minha mãe Zulmira Borges de Carvalho.

RESUMO

O trabalho “Análise comparativa da legitimidade democrática em cinco países: Moçambique, Tanzânia, África do Sul, Portugal e Brasil (2004-2021)”, trata do estudo comparativo da legitimidade democrática que como fenómeno manifesta-se em democracia e ocorre porque a maioria dos eleitores, expressa pelo voto apoio e legitimam democraticamente um candidato ou partido.

Como objetivo geral do trabalho comparamos a legitimidade democrática em Moçambique, Tanzânia, África do Sul, Portugal e Brasil; em relação aos objetivos específicos, descrevemos os modos de formulação da legitimidade democrática e explicamos os resultados das eleições de 2004-2021, identificamos a legitimidade democrática. Para a realização do trabalho empregamos o método comparativo, recorremos ao MSSD para o estudo da legitimidade democrática, executamos uma pesquisa qualitativa, fizemos uma consulta documental, procedemos a uma pesquisa quantitativa marcada pelo levantamento e processamento de dados das eleições de 2004-2021.

As principais conclusões passam pela inexistência de legitimidade democrática nas eleições presidenciais e legislativas nos países comparados, excepto a eleição de 2004 da África do Sul, onde registamos a legitimidade democrática, porque a maioria do eleitorado votou no partido vencedor, em Tanzânia, nas eleições de 2005, o candidato presidencial vencedor, obteve a maioria dos votos dos eleitores, mas sem legitimidade democrática, apenas legitimidade eleitoral porque as eleições não são mecanismos efectivos que permitem os eleitores mudar governantes influenciar as decisões e não há uma cultura política democrática.

Palavras-chave: Democracia, Eleições, Legitimidade Democrática.

ABSTRACT

The work “Análise comparativa da legitimidade democrática em cinco países: Moçambique, Tanzânia, África do Sul, Portugal e Brasil (2004-2021)”, deals with the comparative study of democratic legitimacy, which as a phenomenon manifests itself in democracy and occurs because most voters, expressed by voting support and democratically legitimize a candidate or party. The general objective of the work is to compare democratic legitimacy in Mozambique, Tanzania, South Africa, Portugal, and Brazil; in relation to the specific objectives, we describe the ways of formulating democratic legitimacy and explain the results of the 2004-2021 elections, we identify democratic legitimacy. To carry out the work, we used the comparative method, resorted to the MSSD to study democratic legitimacy, carried out qualitative research, carried out a documentary consultation, carried out quantitative research marked by the collection and processing of data from the 2004-2021 elections.

The main conclusions pass through the lack of democratic legitimacy in the presidential and legislative elections in the countries compared, except for the 2004 election in South Africa, where we registered democratic legitimacy, because the majority of the electorate voted for the winning party, in Tanzania, in the 2005, the winning presidential candidate, obtained the majority of voters' votes, but without democratic legitimacy, just electoral legitimacy because elections, are not effective mechanisms that allow voters to change rulers and influence decisions and there is no democratic political culture.

Key Words: Democracy, Elections, Democratic Legitimacy

EPÍGRAFE

“Vivemos sob uma forma de Governo que não se baseia nas instituições de nossos vizinhos, ao contrário, servimos de modelo a alguns, ao invés de imitar outros. Seu nome, como tudo depende não de poucos, mas de maioria, é Democracia...”

Extrato da oração fúnebre pronunciada por Péricles.¹

¹ Vide. TUCIDIDES (c.460-. a.C.) (2001) *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. GAMA KURY, M. Editora Universidade de Brasília. Brasília, pp.108-113

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, com o título “análise comparativa da legitimidade democrática em cinco países: Moçambique, Tanzânia, África do Sul, Portugal e Brasil (2004-2021)”, a “LD” é analisada pelo método comparativo, contudo a LD é composta por dois termos; o primeiro termo é a legitimidade que é vista como a justificação normativa da autoridade política, as autoridades são legítimas desde que actuem de acordo com os padrões normativos da sociedade; o segundo termo é a democracia é a relação entre os cidadãos e o Estado e proporciona um conjunto de procedimentos de processo decisório colectivo – as eleições livres, justas e periódicas, governantes eleitos, fontes alternativas de informação, liberdade de associação, liberdade de expressão e inclusão dos cidadãos – significando a democracia um governo representativo.²

A LD implica uma inter-relação normativa entre a legitimidade e a democratização, o processo democrático e as práticas da democráticas³, a LD o quadro teórico analítico explicativo do presente trabalho passa pelo estudo do conceito e da tipologia de legitimidade, a legitimidade democrática em particular as eleições e os resultados, o processo de democratização e cultura política.

As eleições são um elemento indispensável e indissociável do processo democrático, porque as eleições permitem ao eleitorado ter diferentes visões sobre a representação, a participação, liberdade e o poder, os governantes são eleitos e legitimados pelo voto do eleitorado, em outro sentido os governantes compreendem que para manterem-se no poder dependem do povo.⁴

O trabalho está organizado da seguinte forma, no capítulo I temos o nosso quadro teórico analítico, que contempla a legitimidade, as eleições, a democratização e a cultura política.

No capítulo II é dedicado a interpretação de dados, onde procedemos com a interpretação de dados, explicação do fenómeno político em estudo a luz do nosso quadro teórico analítico.

Por fim temos a conclusão onde apresentamos nossas principais conclusões em torno da LD nos países comparados, e procedemos a recomendações.

² KRIESI, H. (2013) *Democratic legitimacy: is there a legitimacy crisis in contemporary politics?* Gastbeitrag. PVS, Vol.4, Jg.,4.Pp.612-614

³ WIESNER, C. (2008). “*Democratic Legitimacy, Democratisation and Democratic Identity of the European Union - Old Questions, New Challenges*”. Redescriptions. Yearbook of Political Thought and Conceptual History 12 (1), p.97

⁴ KIRKPATRICK, J. (1984) *Democratic Elections and Democratic Government*. World Affairs. Vol.147. N.º2., pp.63-64

PROBLEMA

Os Estados detêm o monopólio da violência legítima, os governos buscam a legitimidade para demandar a obediência dos cidadãos, “legitimidade” é a “chave” da estabilidade política e fonte de sobrevivência e sucesso dos regimes políticos, o debate sobre legitimidade é dominado pela democracia, a “legitimidade democrática” consolidou-se como a única forma de legitimidade.

A ligação da legitimidade e a democracia, é uma ideia relativa e cultural, no séc. XIX, o termo “democracia” tinha implicações pejorativas e foi associada a “ocidentalização”, contudo, todos liberais, conservadores, socialistas, comunistas, anarquistas e fascistas afirmam-se democratas e proclamam as virtudes e valores da democracia, com o colapso dos sistemas ideológicos desde o fim do séc. XX, a disseminação efectivou-se com maior intensidade, o desvanecimento do “Socialismo” e os méritos do “Capitalismo”, a democracia confirmou-se como o único princípio, estável e duradouro na política pós-moderna.⁵

As primeiras duas décadas do séc. XXI, revelaram a crise de legitimidade na medida em que grande parte dos governos (democráticos e autoritários) reivindicavam sua legitimidade fazendo referência ao “povo” ou a “nação” e buscaram confirmar a sua legitimidade por meio de eleições periódicas realizadas para simbolizar o vínculo entre a autoridade e o povo, a fraca participação nas eleições na maior parte de países tidos como democráticos, a eleição é o critério principal de democracia, a abordagem da legitimidade democrática é questionável quando os governantes são eleitos pela terça parte do eleitorado potencial.⁶

Em que medida o voto periódico nas eleições e o desempenho das instituições políticas conferem LD aos candidatos e partidos políticos em Moçambique, Tanzânia, África do Sul, Portugal e Brasil?

OBJECTIVOS

O objetivo geral do presente trabalho é comparar a LD em Moçambique, Tanzânia, África do Sul, Portugal e Brasil. O trabalho tem como objetivos específicos: (1) descrever os modos de formulação da LD. (2) explicar os resultados dos pleitos eleitorais dos países comparados, (3) identificar a LD nos países comparados.

⁵ HEYWOOD, A. (2013) *Politics*. Palgrave Macmillan. New York.,p.80

⁶ HOBBSWAM, E. (2007) *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Companhia das Letras. São Paulo.,p.103

JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DO TEMA

O tema resulta de pesquisas desenvolvidas particularmente sobre o poder, legitimidade e a autoridade nas sociedades políticas. O estudo da LD nos países em comparação é importante por permitir a compreensão das dinâmicas dos campos políticos, processos eleitorais, resultados eleitorais e consolidação do processo democrático e exercício dos direitos e liberdades civis.

A comparação permite por descrição contextual, a classificação reduz a complexidade e providenciando um conjunto de dados, a testagem de hipóteses permite a eliminação de explicações concorrentes sobre eventos, actores, estruturas etc., a comparação dos países e as generalizações resultantes permite a predição de resultados em outros países não inclusos na comparação.

HIPÓTESES

O estudo da LD é importante para compreensão da realidade política nacional e interestatal, neste sentido destaco as seguintes hipóteses -(1) Somente em regimes democráticos tem lugar a LD; (2) As eleições e os seus resultados determinam a LD; (3) A cultura política influencia a LD.

REVISÃO DE LITERATURA E CONCEITOS

O estudo da legitimidade, tem sido alvo de muitos autores, um deles é Max Weber⁷, autor de uma série de artigos e livros, defendia que a “dominação” é a probabilidade de encontrar a obediência de outrem num comando, e que a legitimidade tem como base regras jurídicas, o autor ofertou um contributo significativo ao formular os três tipos ideais, como a autoridade tradicional que tem base nos costumes e tradições, a autoridade carismática, cuja a fonte de poder é a personalidade e no carisma e pôr fim a autoridade legal-racional-o em que a autoridade está nas regras jurídicas, o Estado por meios coercivos demanda por obediência.

Para o autor a legitimação do poder é assegurada pela obediência, a legalidade confere o direito legal de governar, por meio das regras jurídicas, a legitimidade reside no regime nacional e patriótica, o governo é a resposta à crise que ameaça a comunidade.⁸

LIPSET, S.⁹, foi o autor do livro “Political Man – The social bases of Politics”, defendeu que a legitimidade é a capacidade do sistema político de engendrar e manter a crença na existência de

⁷ WEBER, M. (2003) *Sociologia*. Trad. COHN G. Editora Ática. São Paulo., pp.128-141. Cf. BROOKER, P.(2014) *Non-Democratic Regimes*. Palgrave Macmillan.New York.,pp.106-107

⁸Ibidem, op., cit., pp.106-107; cf. WHITE, S.(1986) *Economic Performance and Communist Legitimacy*.World Politics.38(3), p.463

instituições políticas, para o autor nos sistemas democráticos existe o conflito que é moderado pelo Estado, o carácter e conteúdo das clivagens afectam a estabilidade política da sociedade e o modo como os problemas são resolvidos.

No livro “The Legitimation of Power (1991)”, DAVID BEETHAM, apresentou o conceito de legitimidade como a “crença na legitimidade”, o poder é exercido por regras de códigos legais formais e convenções informais, as regras são partilhadas pelo o governo e governados, a legitimidade é conferida aos regimes que governam com base de consentimento popular.

HUNTINGTON, S. (1991) autor do livro “The Third Wave: Democratization in the late twentieth century” não define “Democratização”, apenas descreve o fenómeno como “onda de democratização” um “ grupo de transições de regimes não democráticos para regimes democráticos que ocorrem em um período específico de tempo”, e afirmou que “a onda de Democratização envolve a liberalização ou a parcial democratização dos sistemas políticos, que não tornam-se totalmente democráticos”, o autor indicou três ondas de Democratização-(1) do século XIX até 1930;(2) a segunda onda de democratização da derrota do Eixo em 1945 e a democratização da Alemanha, Japão e Áustria e a descolonização depois da II GM; (3) a terceira onda de Democratização, teve início em 1974 com Portugal, depois Grécia e Espanha abrangiu países latino americanos, a Europa do leste e central, países africanos e asiáticos.¹⁰

Entende MEIGHAN, R(2001) que as eleições são um mecanismo que traduz a vontade do eleitorado na escolha de indivíduos para cargos públicos, contudo as eleições não são a condição para a existência da democracia, porque as eleições não são necessárias para a democracia; (2) as eleições “livres e justas” não garantem democracia, porque a democracia requer um Estado de Direito, sociedade civil e partidos políticos activos, opiniões, mudança de mentalidades, interesses e preferências dos cidadãos.¹¹

O autor CARTOCCI, R. (2011) compreende a cultura política como repertório de modelos cognitivos e avaliação que permite aos membros da comunidade política valorizar o seu papel como

⁹ LIPSET, S. M (1960) *Political Man – The social bases of Politics*. Doubleday & Company. New York. .pp.77-83

¹⁰ Vide. HUNTINGTON, S. P. (1991) *Democracy's Third Wave*. Journal of Democracy. Vol.2. N°2 Spring, pp.12-14; HUNTINGTON, S. P. (1991) *The Third Wave: Democratization in the late twentieth century*. University of Oklahoma Press. Londres. pp.13-30; SHIN, D. C. (1994) *On the Third Wave of Democratization: A Synthesis and Evaluation of Recent Theory and Research*. World Politics, 47., pp.135-170.

¹¹ MEIGHAN, R. Elections. In: BARRY CLARKE, P. & FOWERAKER, J. (Edi.) (2001) *Encyclopedia of Democratic Thought*. Routledge- Taylor & Francis Group. Londres, p.302.

actores políticos, por meio de normas de conduta podem decidir que objetivos podem almejar e moldar as suas acções e comportamento, a cultura política apresenta traços significativos-(1) um legado compartilhado; (2) colecção de soluções para os problemas políticos;(3) é transmitida a novos membros da comunidade política por socialização- a cultura política tem dois elementos constituintes, os modelos cognitivos e os modelos de avaliação.¹²

METODOLOGIA

Para a feitura do presente trabalho procedemos a realização de uma pesquisa qualitativa que permitiu a revisão bibliográfica e consulta documental (de livros, manuais, artigos, monografias, dissertações de mestrado, teses de doutoramento, dicionários, enciclopédias, revistas científicas, acórdãos) e fizemos a uma pesquisa quantitativa, que passou pela consulta de resultados e dados estatísticos de eleições.¹³

Tendo em conta o tema empregamos o método comparativo por proporcionar a descoberta de relações empíricas entre variáveis¹⁴, que permite estudo de diferentes casos de forma sistemática e a testagem de hipóteses, privilegamos o MSSD porque os casos selecionados são caracterizados por valores similares em um largo número de variáveis independentes, o MSSD localiza variáveis em particular as variáveis dependentes, que diferem entre os sistemas similares e contabiliza os resultados observados, a vantagem do MSSD é maximização da homogeneidade e ao seleccionar casos minimiza a heterogeneidade de atributos relevantes pelos casos, o MSSD é um método que permite que ter graus de liberdade para fazer estimativas nos efeitos da variável em dois casos, ou em mais variáveis para mais de dois casos.¹⁵

¹² CARTOCCI, R. Political Culture. In: BADIE, B., et., al (Ed.) (2011) *International Encyclopedia of Political Science*. Sage. Londres.,p.1967; Vide. ALMOND, G. A, & VERBA, S. (1989) *Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Sage Publications. Londres, pp.1-44.

¹³ Cf. RAGIN DIRK, C. C. Political Methodology: Qualitative Methods. In: GOODIN, R. E & KLINGERMANN, H. D. (2000) *A New Handbook of Political Science*. Oxford University Press. New York.pp.749-789;; GIBSON, W.J. & BROWN, A. (2009) *Working with Qualitative Data*. Sage Pub. Londres., pp.2-211; MARCONI, M. & LAKATOS, E. (2003) *Fundamentos de Metodologia Científica*. Editora Atlas. São Paulo., pp.174-183; MONROE, A. D. (2000) *Essentials of Political Research*. Westview Press. Oxford., pp.1-44; JOHNSON, J. B., et., al. (2016) *Political Science Research Methods*. SAGE. Londres., pp.46-103; GOERTZ, G. Concepts, theories, and numbers: a checklist for constructing, evaluating and using concepts or quantitative measures. COLLIER, D., et, al. (Ed.) (2008) *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Oxford University Press. Oxford. ,pp.97-111

¹⁴LIJPHART, A. (1971) *Comparative Politics and the Comparative Method*. The American Political Science Review. Vol.5. Nº. 3., p.683; COLLIER, D., et., al. Typologies: forming concepts and creating concepts and creating categorical variables. In COLLIER, D., et, al. (Ed.) (2008) *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Oxford University Press. Oxford.,pp.152-173

¹⁵ LANDMAN, T. (2008) *Issues and Methods in Comparative Politics: An Introduction*. Routledge-Taylor &Francis Group. Londres., pp.67-82; Cf. MCCORMICK, J. (2010) *Comparative Politics in Transition*. Wadsworth/Cengage Learning. Boston., p.7; Cf. O'NEIL. P. (2009) *Essentials of Comparative Politics*. W.W. Norton. Londres., pp.3-4;

CAPÍTULO I

1. QUADRO TEÓRICO ANALÍTICO

1.1. LEGITIMIDADE

A legitimidade é a chave para estabilidade política dos regimes políticos, o seu debate é dominado pela democracia, que é associada muitas vezes a “ocidentalização”.¹⁶

1.1.1. Tipologia de Legitimidade

A tabela 1 apresenta a tipologia de legitimidade, a LP formulada por LIPSET, afirma que a “eficácia (desenvolvimento econômico) dura por gerações e legitima o regime político”, depois abarcou a lei e ordem, a segurança social, o emprego, estabilização de preços, altos padrões de vida, contudo, os cidadãos obedecem a LP por ser implícita, a sua perda ocorre pela ineficácia.¹⁷

	Legitimidade performance	Legitimidade Eleitoral	
	Legitimidade Ideológica	Legitimidade Democrática	

A LE ocorre com a realização de eleições “semi-competitivas”, os resultados eleitorais permitem governar e ter obediência dos cidadãos, a LE é indiferente a justiça, liberdade, transparência das eleições, qualquer resultado vitorioso é aceitável para governar, a LE é comum nos regimes autoritários e com histórico de partido único; o terceiro tipo é a LI que consiste na reivindicação ideológica pelo direito de governar, isto é, o conjunto de ideias, doutrinas e visões sobre a realidade política, socio econômica de um grupo ou indivíduo, legitima e capacita para governar e demandar obediência dos governados, a LI surgiu com o partido-Estado.¹⁸

PENNINGS, P & KEMAN, H. Comparative research methods. in: CARAMANI, D (ed) (2008) Comparative Politics. Oxford University Press. Oxford., pp.55-60; DANYI, C.J. & DANYI, P. (2017) The Comparative Method of the Most Similar and most-different Systems for Crisis Communication Research. Eastern Illinois University., pp.13-14

¹⁶ Cf. HEYWOOD, A. (2013) *Politics*. Palgrave Macmillan. New York., p.80;

¹⁷ LIPSET, S.M. (1959) *Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy*. American Political Science Review. 53(1), p.9. Cf. WHITE, S. (1986) *Ibidem op, cit*, p.463.

¹⁸ Cf HERMET, G State-controlled Elections: a Framework . in: HERMET, G. et al, (eds) (1978) *Elections Without Choice*. Macmillan. Basingstoke, p.8;

A LD constitui o tipo característico do séc. XXI, tem lugar em regimes democráticos, consiste na maioria do eleitorado expressar por meio do voto em eleições livres, justas e transparentes, um apoio ao candidato, partido e ao manifesto político, traduzido numa votação expressiva, confirmando e legitimando democraticamente a escolha política.¹⁹

1.1.2. Democracia critério da Legitimidade Democrática

A democracia baseia-se no Estado constitucional, garante o império da lei, direitos e liberdades civis e é governado por governantes eleitos por eleições livres, justas e transparentes²⁰, a definição de Democracia tem como ideia o governo do povo para o povo, a liberdade, igualdade e a vontade da maioria²¹, como critério, significa que é um princípio de legitimidade porque nenhum poder é democrático e legítimo se não derivar e fundar-se do povo.²²

A democracia para LIPSET, S. (1960) é um “sistema político de oportunidades constitucionais para mudar governantes e é um mecanismo social que permite a maioria do povo influenciar as decisões pela eleição de candidatos a cargos políticos”²³, DIAMOND, L.²⁴, apontou a revolução dos cravos em Portugal, que derrubou a ditadura Salazarista, como o ponto de aumento de democracias, para o autor, ARISTÓTELES²⁵, LOCKE²⁶, MONTESQUIEU²⁷, os federalistas²⁸, são os teóricos que sintetizaram a divisão do poder, a protecção de liberdades civis, a sociedade civil fora do controlo do Estado, permite a prestação de contas (horizontal e vertical), paz, boa governação, direitos humanos, constitucionalismo, a legalidade a liberdade e o pluralismo são garantias do Estado de Direito, os cidadãos tem igualdade política e jurídica, o Estado e seus agentes estão vinculados ao direito e a lei, por outro lado, SCHUMPETER definiu a democracia

¹⁹ HOBSWAM, E. (2007) *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Companhia das Letras. São Paulo.,p.102 e ss.

²⁰ HOBSWAM, E. (2007) *Ibidem*, op., cit.,p.97. Vide. NGOENHA, S.E. (2014) *Filosofia Africana -Das Independências às Liberdades*. Editoras Paulinas.Maputo., pp.163-194; HELD, D. *Modelos de Democracia*.Trad. MARTINS, A.S. Editora Paidéia. Belo Horizonte.,pp.13-123.

²¹ARISTOTLE. Classification of Constituitions.in: ABBO, J. A (1960) *Political Thought: Men and Ideas*. The NewMan Press. Westminster Maryland.,p.41

²²SARTORI, G. (1995) *Elementi di Teoria Política*. Società Editrice il Molino. Bologna., pp.33-35

²³ LIPSET, S. M. (1960) *Ibidem* op, cit.,p.45;

²⁴ DIAMOND, L. Defining and Developing Democracy. In: DHAL, R, & SHAPIRO, I, et., al(ed.) (2003) *The Democracy SourceBook*. MIT. Cambridge.,p.29

²⁵ Vide. ROSS, D.(1995) *Aristotle*. Routledge. Londres.,pp.1-185.

²⁶ LOCKE, J. Of Civil Government. In: GRIMES, A. P. & HORWITZ, R. H. (1959) *Modern Political Ideologies*. Oxford University Press. Nova York.,pp.7-19.

²⁷ ALBUQUERQUE, J.A. G. Montesquieu: sociedade e poder. In: WEFORT, F.C. (org) (2001) *Os Clássicos da Política-Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “o Federalista”*. Editora Ática. São Paulo.,pp.111-186.

²⁸ Cf. BALL, T (2003) Alexander Hamilton, James Madison and John Jay-The Federalist with Letters of Brutus. Cambridge University Press. Cambridge.,pp.1-564

como o sistema “em que os indivíduos adquirem poder para tomar decisões por meio do voto do povo”, HUNTINGTON entende que as eleições competitivas pelo poder são a essência da democracia, mas DHAL afirma que a democracia tem três dimensões, a “oposição” (contestação por eleições) e “participação” (o direito ao voto), a liberdade que compreende a liberdade de expressão, formação e adesão de instituições, fontes alternativas de informação²⁹.

A democracia compreende -(1) o controlo do Estado, o processo decisório reside nos governantes, os militares submetidos a autoridade de civis eleitos; (2) o poder executivo é constrangido pelo poder legislativo e judiciário e pela prestação de contas;(3) incerteza nos resultados eleitorais e presunção de alternância partidária no governo, multipartidarismo e disputa de eleições;(4) participação política de minorias no processo político;(5) os cidadãos tem vários canais de expressão e representação de interesses e valores;(6) existência de fontes alternativas de informação que os cidadãos tem acesso;(7) os cidadãos tem liberdade de crença, opinião, discussão, discurso, publicação, reunião e petição;(8) os cidadãos são iguais pela lei;(9) o judiciário protege liberdades e suas decisões são reforçadas e acatadas por todos;(10) o Estado de Direito protege os cidadãos de violações de seus direitos;(11) a democracia demanda uma constituição.³⁰

1.1.3. Legitimidade democrática

A LD tem lugar no século XXI quando a maioria do eleitorado expressa em eleições por meio do voto apoio e confiança em um candidato, partido e manifesto político que ganha as eleições, neste sentido as eleições são “a escolha formal de uma pessoa para um cargo público, posição de qualquer tipo, usualmente por meio do voto”³¹, para que a LD tenha lugar a condição primária imprescindível, são as eleições, desde que sejam livres, transparentes e justas.

Em regimes democráticos desenrolam-se eleições livres, transparentes e justas, onde a escolha do eleitorado é respeitada e aceita³², é na democracia que a LD surge sendo fenômeno resultado do processo democrático, mas a LD dos governantes deriva da maioria do eleitorado e refunda-se

²⁹ DIAMOND, L. Ibidem, op, cit.,pp.30-32; Vide. DHAL, R. (1989) *Democracy and Its Critics*. Yale University Press. New Haven;pp.88-89

³⁰ DIAMOND, L. Defining and Developing Democracy. In: DHAL, R, & SHAPIRO, I, et., al(ed.) (2003) *The Democracy SourceBook*. MIT. Cambridge.,pp.35-36

³¹ REEVE, A. & WARE, A. (2006) *Electoral Systems- a Comparative and Theoretical introduction*. Routledge. Londres. pp.17 e ss.

³² Vide. BOBBIO, N. et., all., (1998) *Dicionário de Política* Vol. I. Universidade de Brasília. Brasília, p.333; DHAL, R. 2001; pp.17-217 LIJPHART, A. (2012) *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. Yale University Press. New Haven.; pp.9-130; 2012); PARTRIDGE, J.A. (1866) *On Democracy*. J.B. LIPPINCOTT and C. Philadelphia; pp.1-130

do consenso posterior as eleições, parte do eleitorado que não chancelou pelo voto os vencedores demonstra obediência aos governantes eleitos.³³

A maioria dos cidadãos, apoia expressamente um regime e que o acto assentimento é feito por meio do voto nas eleições³⁴, abrindo espaço a participação política no campo político, mas a LD não pode ser reduzida a mero esforço quantitativo de números de votos e percentagens, temos neste contexto a variável da cultura política, que opera como modelo cognitivo e de avaliação que viabiliza a participação de cidadãos na política.

1.2.ELEIÇÕES

No séc. XX surgiu uma vaga de reforma eleitoral, os Estados ocidentais, introduziram o “um voto uma pessoa”, as eleições são o nexa entre a vida privada e a escolha pública, votar é um acto político e estrutura o campo político pelos meios de informação, o processo eleitoral, o debate, os candidatos e partidos políticos, as eleições ocorrem em intervalos regulares e a sua repetição permite o acúmulo de cultura eleitoral (que é parte da cultura política) e toma conta da rotina e estilo da política, pelo “ritual” eleitoral (itinerários de campanhas, sondagens, predicções e tendências o registo eleitoral e envolve a mobilização do povo).³⁵

As eleições comportam informações, obrigam os eleitores a consolidar as opiniões, medir evidências, tomar posições e decisões, aderir à compromissos, as eleições distinguem a democracia do autoritarismo, permitem a maximização da prestação de contas dos governantes, e melhoram a participação no processo eleitoral, pelo voto, na eleição e campanha eleitoral, promovem a educação política dos cidadãos e o emprego de novas estratégias políticas, as eleições criam um incentivo para os indivíduos organizarem-se em partidos políticos, OSC, grupos de pressão para fins comuns, as eleições permite a “legitimação” que é um propósito primário em países democráticos e não democráticos, os governantes demonstram que podem impelir a obediência aos cidadãos pela legitimidade conferida pelas eleições.³⁶

³³ Cf. SCHMITTER, P. & KARL, T.(1991) What Democracy Is and Is Not. *Journal of Democracy*.Summer.,p.4 e ss

³⁴ HOBBSWAM, E. (2007) *Ibidem*, op, cit .., p. 102 e ss.

³⁵ MEIGHAN, R. *Ibidem* op, cit, p. 303; Cf. DYER, M. Elections and Electoral Systems. In: AXTMANN, R. (ed.) (2003) *Understanding Democratic Politics- An Introduction*. Sage Publications. Londres., pp.143-153

³⁶ MEIGHAN, R. *Ibidem* op, cit, p. 304

1.2.1. As Eleições nos cinco países em análise

1.2.1.1. Moçambique

1.2.1.1.1. Eleições Presidenciais

Em Moçambique as eleições fundadoras tiveram lugar em 1994, no período de 2004 à 2019 tivemos quatro eleições presidenciais, sem alternância de poder a Frelimo sempre venceu as eleições, a oposição não conquistou e nem influenciou por meios formais a agenda política governamental e os assuntos públicos.

As eleições de 2004, na tabela 2 mostra que 33% dos eleitores votaram, destes eleitores 65% votaram no candidato da Frelimo Armando Guebuza, 31% dos eleitores votou no candidato da Renamo Afonso Dhlakama.

Eleitores Registados	9,142.151	100%	
Votos Válidos	2,968.973	33%	
Candidatos	Partidos	Votos	%
Armando E. Guebuza	Frelimo	1,930.427	65%
Afonso Dhlakama ⁺	Renamo	939,712	31.7
Outros	-	98,834	3.3
Total		2,968.973	100%

Fonte: <http://psephos.adamcarr.net/countries/m/mozambique/mozambique04.txt>

As eleições de 2009, conforme a tabela 3, foram às urnas 44,5% dos eleitores, o candidatos Armando Guebuza da Frelimo que venceu as eleições com 2,974,627 de votos o equivalente a 75%, Afonso Dhlakama⁺ da Renamo ficou em segundo lugar com 650,679 votos e 16,4% e Daviz Simango⁺ do MDM ficou em terceiro lugar com 340,579 votos, equivalentes a 8.6%.

Eleitores Registados	9,871.949	100%	
Votantes	4,406,093	44.5%	
Votos Inválidos	440,208	10%	
Votos Válidos	3,965,885	90%	
Candidatos	Partidos	Votos	%
Armando E. Guebuza	Frelimo	2,974.627	75%
Afonso Dhlakama ⁺	Renamo	650,679	16.4%
Daviz Simango ⁺	MDM	340,579	8.6%
Total		3,965,885	100%

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/m/mozambique/mozambique2009.txt>

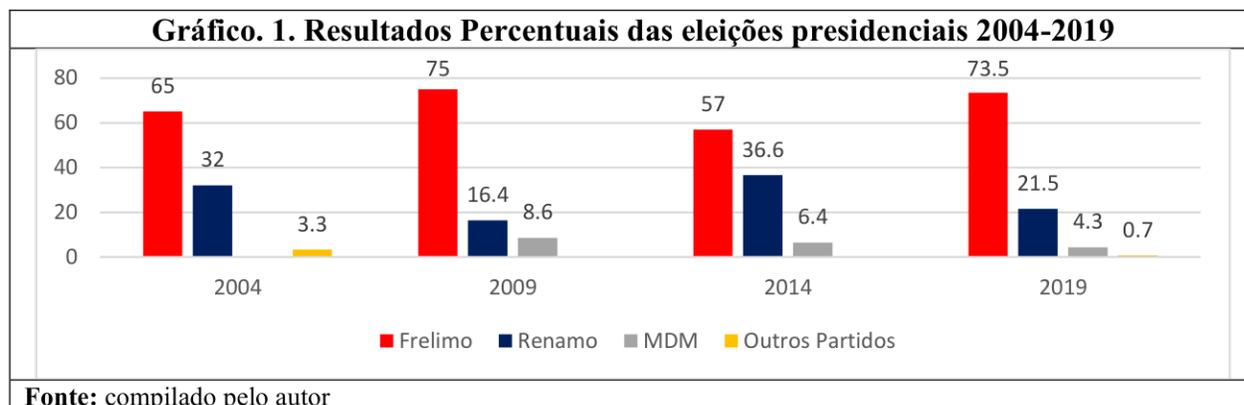
Pelo exposto na tabela 4 nas eleições presidenciais de 2014 a Frelimo apresentou um novo candidato Filipe Nyusi, que obteve 2,778,4497 votos nas urnas equivalente a 57%, a Renamo com Afonso Dhlakama obteve 1,783,382 votos, 36%, Daviz Simango⁺ do MDM obteve 309,925, o equivalente a 6,4 %.

Tabela.4. Resultados das eleições Presidenciais de 2014			
Eleitores registados	10,964,978		100%
Votantes	5,33,665		48.6%
Votos Inválidos	461,861		8.7%
Votos Válidos	4,871,804		91.3%
Candidatos	Partidos	Votos	%
Filipe Nyusi	Frelimo	2,778.497	57%
Afonso Dhlakama	Renamo	1,783,382	36.6%
Daviz Simango	MDM	309,925	6.4
Total	4,871,804		100%
Fonte: http://psephos.adam-carr.net/countries/m/mozambique/mozambique2014.txt			

As eleições presidenciais de 2019 foram marcadas por suspeição sobre a CNE e o STAE e irregularidades e alegações de “enchimento de urnas”, e violência eleitoral, nas eleições presidenciais de 2019 de acordo com a tabela 5, a Frelimo foi representada pelo candidato Filipe Nyusi que obteve nas urnas 4,639.172 votos o equivalente a 73%, a Renamo pelo desaparecimento físico do seu presidente Afonso Dhlakama⁺, apresentou a corrida eleitoral Ossudo Momade que recebeu nas Nyusi que obteve nas urnas 4,639.172 votos o equivalente a 73%, a Renamo urnas 1,356,786 votos, em termos percentuais 21.5% e em terceiro ficou Daviz Simango com 273,599 votos, equivalente a 4,3%.

Tabela.5. Resultados das eleições Presidenciais de 2019			
Eleitores registados	13,162,321		100%
Votantes	6,823,926		51.8%
Votos Inválidos	508,321		7.4%
Votos Válidos	6,315,605		92.3%
Candidatos	Partidos	Votos	%
Filipe Nyusi	Frelimo	4,639.172	73%
Ossufo Momade	Renamo	1,356,786	21.5%
Daviz Simango	MDM	273,599	4.3%
Mario Albino	-	46,048	0.7%
Total	6,315,605		100%
Fonte: http://psephos.adam-carr.net/countries/m/mozambique/mozambique20191.txt			

No gráfico 1, nas eleições presidenciais disputadas pela primeira vez pelos candidatos da Frelimo Armando Guebuza e Filipe Nyusi, venceram com resultados acima de 50% e abaixo de 70%, na reeleição venceram com resultados acima 70%.



Em outro sentido o candidato da Renamo, Afonso Dhlakama⁺ nas eleições de 2004 obteve 32%, em 2009 teve 16.4% e em 2014 obteve 36,6%, o candidato Ossufo Momade obteve 21,5%, em 2019, ambos candidatos quando enfrentaram pela primeira vez os candidatos da Frelimo “estrepantes” nas eleições, mas na reeleição dos candidatos da Frelimo obtiveram resultados abaixo das expectativas, o candidato do MDM Daviz Simango⁺ teve queda de 2% nas eleições.

1.2.1.1.2. Eleições Legislativas

Nas eleições de legislativas de 2004, na tabela 6 destaca que a Frelimo obteve 62% e ficou com 160 mandatos, a Renamo conseguiu 30%, 90 mandatos, marcou o fim do bipartidarismo na AR.

Tabela.6. Resultados e mandatos das eleições legislativas de 2004			
Eleições legislativas 2004		Percentagem	
Nº Total de eleitores inscritos		9,142,151	100%
Total de Votantes		3,321,926	36%
Votos Válidos		3,045,429	91%
Votos Inválidos		276,497	8.3%
Partidos	Nº de votos	Percentagem	Mandatos
Frelimo	1,889.054	62%	160
Renamo	905,289	30%	90
Outros	251,086	0.8%	0
Total de votos	3,045,429	100%	250

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/m/mozambique/mozambique20042.txt>

A tabela 7 demonstra que a Frelimo amealhou 191 assentos, equivalentes a 77%, a Renamo obteve 51 mandatos, 18%, o MDM³⁷, rompeu com o bipartidarismo e obteve 4% o equivalente a 8 mandatos na AR.

Eleições legislativas 2009		Percentagem	
Nº Total de eleitores inscritos	9,871.949	100%	
Total de Votantes	4,387,250	44.4%	
Votos Válidos	3,893.858	89%	
Votos Inválidos	493,392	11.3%	
Partidos	Nº de votos	Percentagem	Mandatos
Frelimo	2,907.335	77%	191
Renamo	688,782	18%	51
MDM	152,836	4%	8
Outros	144,905	3.7%	0
Total de votos	3,893.858	100%	250
Fonte: http://psephos.adam-carr.net/countries/m/mozambique/mozambique20092.txt			

Os resultados das eleições de 2014, na tabela 8 demonstraram que mesmo a mudança de líder a Frelimo conseguiu manter a maioria na AR com 144 mandatos equivalente a 57% a Renamo obteve 89 assentos, equivalente a 33%, o MDM, obteve 17 mandatos, equivalente a 8.5%.

Eleições legislativas 2014		Percentagem	
Nº Total de eleitores inscritos	10,964,978	100%	
Total de Votantes	5,316.936	49%	
Votos Válidos	4,508.142	85%	
Votos Inválidos	808,794	15.2%	
Partido	Nº de votos	%	Mandatos
Frelimo	2,575,995	57%	144
Renamo	1,495,137	33%	89
MDM	384,538	8.5%	17
Outros	52,472	1.2%	0
Total de votos	4,508.142	100%	250
Fonte: http://psephos.adam-carr.net/countries/m/mozambique/mozambique20142.txt			

As eleições de 2019, não fugiram do padrão habitual, a tabela 9 destaca que a Frelimo conseguiu 71%, convertidos em 184 mandatos, recuperou 40 assentos, a Renamo conseguiu 60 mandatos, porque equivalente a 23%, o MDM quedou-se em 6 mandatos equivalentes a 4%.

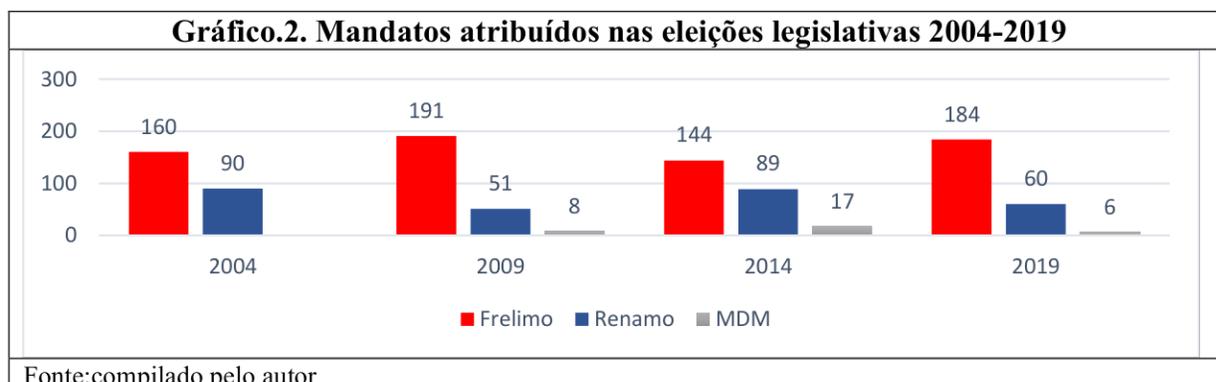
³⁷ Cf. CHICHAVA, S. (2010) *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana?*. IESE. Cadernos IESE n.º 02/2010. pp.3-32. NUVUNGA, A. & ADALIMA, J. (2011) *Mozambique Democratic Movement (MDM): na analysis of new opposition party in Mozambique*. Friedrich Ebert Stiftung Mozambique (FES). CIEDIMA.Maputo.pp.3-35.

Eleições legislativas 2019		Percentagem	
Nº Total de eleitores inscritos	13,162.321	100%	
Total de Votantes	6,766.416	51,41%	
Votos Válidos	6,065.521	47%	
Votos Inválidos	702,266	5.3%	
Partido	Nº de votos	Percentagem	Mandatos
Frelimo	4,195.072	71%	184
Renamo	1,346.009	23%	60
MDM	251.347	4%	6
Outros	134.390	2%	0
Total de votos	5,926.818	100%	250

Fonte: Acórdão n.º 25/CC/2019 de 22 de Dezembro

A Frelimo apresentou resultados percentuais irregulares, em 2004 obteve 62%, em 2009 conseguiu 77% e registou um crescimento de 15% em 2014 obteve 57%, decresceu 20%, mas em 2019 obteve 71% um ganho de 14%. A Renamo trilhou um padrão irregular, em 2004 obteve 30%, em 2009 decaiu para 18%, perdeu 12%, em 2014 registou 33%, uma subida de 15%. O MDM em 2009 obteve 4, em 2014 obteve 9%, uma subida de 5%, em 2019, conseguiu 4%.

O gráfico 2 em termos de mandatos, a Frelimo em 2004 obteve 160 mandatos, em 2009 ameaçou 191 mandatos, o crescimento de 31%, mas em 2014 teve uma queda de 47 mandatos, ameaçando 144 mandatos, em 2019 obteve 184 mandatos e reconquistou 40 mandatos. A Renamo em 2004 obteve 90 mandatos, mas em 2009, conseguiu 51 mandatos perdeu 39 mandatos, em 2014 recuperou 38 mandatos, ao conquistar 89 mandatos, mas em 2019, apenas obteve 60 mandatos perdeu 29 mandatos. O MDM em 2009 conseguiu 8 mandatos, em 2014 conseguiu 17 mandatos, mais 9 mandatos, em 2019, conseguiu somente 6 mandatos perdeu 11 mandatos.



1.2.1.2. Tanzânia

1.2.1.2.1. Eleições Presidenciais 2005-2020

Na Tanzânia as eleições fundadoras tiveram lugar em 1995, apesar de ser um Estado federal, o CCM tem a hegemonia política, nas eleições que tiveram lugar de 2005 a 2020 não houve alternância de poder na Tanzânia. A tabela 10 mostra que nas eleições de 2005, Jakaya Kikwete do CCM, obteve uma vitória, com 9,102,951 de votos o equivalente a 80%, o Ibrahim Lipumba do CCW obteve 1,317.220 votos, 12%, o Freeman Mbowe do Chadema teve 617,780 votos de 6%.

Eleitores registados	15,904,163	100%	
Votantes	11,385,629	72%	
Votos Inválidos	604,222	5.4%	
Votos Válidos	10,781,407	95%	
Candidatos	Partidos	Votos	%
Jakaya Kikwete	CCM	9,102,951	80%
Ibrahim Lipumba	CCW	1,317,220	12%
Freeman Mbowe	Chadema	671,780	6.%
Total		10,781,407	100%

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/t/tanzania/tanzania2005.txt>

Nas eleições presidenciais de 2010, cujo resultados dispostos na tabela 11, destaca que o candidato do CCM Jakaya Kikwete, concorria a um segundo mandato, venceu, obteve 5,276,827 votos equivalente a 63% o Chadema, apresentou um novo candidato Willibrod Peter Slaa, que obteve 2,271,942 equivalente a 27%, Ibrahim Lipumba teve 695,667 sensivelmente 8%.

Eleitores Registados	20,137,303	100%	
Votantes	8.626,283	43%	
Votos Inválidos	227,889	2%	
Votos Válidos	8,398,394	42%	
Candidatos	Partidos	Votos	%
Jakaya Kikwete	CCM	5,276,827	63%
Willibrod Peter Slaa	Chadema	2,271,942	27%
Ibrahim Lipumba	CUF	695,667	8%
Outros	-	153,979	2 %
Total		8,398,415	100%

Fonte: http://africanelections.tripod.com/tz.html#2010_Presidential_Election

Na tabela 12, as eleições de 2015, John Magufuli⁺ do CCM obteve 58%, o candidato Edward Lowassa do Chadema conseguiu 40%.

Eleitores Registados	23,254,485	100%	
Votantes	15,596 110	67%	
Votos Inválidos	402,248	3%	
Votos Válidos	15,193,862	97%	
Candidatos	Partidos	Votos	%
Dr. John Magufuli ⁺	CCM	8.882935	58%
Edward Lowassa	Chadema	6,072.848	40%
Outros	-	238,079	2%
Total		15,193,862	100%

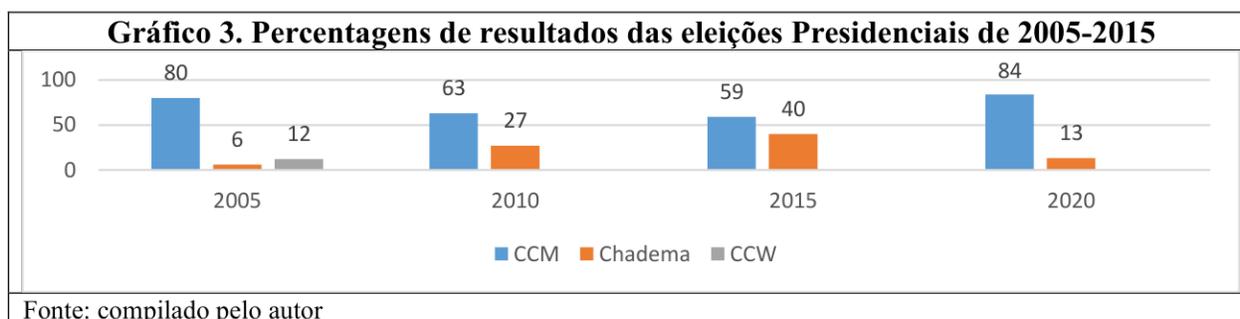
Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/t/tanzania/tanzania2015.txt>

Nas eleições de 2020 na tabela 13, o candidato John Magufuli do CCM venceu e foi reeleito com 84.4% dos votos, contra o T.A. Lissu do Chadema com 13% de votos.

Eleitores Registados	29,754,699	100%	
Votantes	15,091,950	50.7%	
Votos Inválidos	261,755	1.7%	
Votos Válidos	14,830,195	47.6%	
Candidatos	Partidos	Votos	%
Dr. John Magufuli ⁺	CCM	12,516,252	84.4%
T.A.Lissu	Chadema	1,933.271	13%
Outros	-	380,672	2.6%
Total		14,830,195	100%

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/t/tanzania/tanzania2020.txt>

Segundo o gráfico 3, nas eleições de 2005 Jakaya Kikwete obteve 80%, em 2010 obteve 63%, e queda de 17%, John Magufuli⁺ em 2015 obteve 59%, em 2020 obteve 84% um ganho de 25%.



1.2.1.2.2. Eleições Legislativas 2005-2020

Na tabela 14 o CCM venceu com 70% e obteve 256 assentos, contra 8.1% da Chadema, parte dos representantes da AN são mulheres são nomeadas pelo PR depois de ouvidos os partidos.

Eleitores	15,904,163	100%	
Votantes	11,385,629	72%	
Votos Inválidos	604,222	5.0%	
Votos Válidos	10,781,407	23%	
Partidos	Votos	%	Assentos
CCM	7,547,596	70%	256
Chadema	873,443	8.1%	31
CUF	1,542,990	14.3%	11
Outros	818,378	4.4	2
Total	10,781,407	100%	300
http://psephos.adamcarr.net/countries/t/tanzania/tanzania2005.txt			

Em relação aos resultados das eleições legislativas de 2010 na tabela 15 foram eleitos 239 membros e foram nomeadas 103 mulheres pelo presidente, depois de consulta aos partidos políticos tanzanianos.

Eleitores	20,137,303	100%	
Votantes	8,281,401	41%	
Votos Inválidos	285,476	5.0%	
Votos Válidos	7,710,449	38%	
Partidos	Votos	%	Assentos
CCM	4,646,333	60	259
Chadema	1,845,105	24	31
CUF	808,083	11	46
Outros	357,889	5	6
Total	7,657.410	100	342
http://psephos.adamcarr.net/countries/t/tanzania/tanzania20102.txt			

As eleições legislativas de 2015, na tabela 16 destacam a vitória do partido governamental CCM com 252 mandatos e em segundo lugar o partido Chadema com 70 mandatos, o partido CUF ficou em terceiro com 42 mandatos.

Eleitores	23,253,982		100%
Votantes	-		-
Votos Inválidos	285,476		-
Votos Válidos	14,574,957		63%
Partidos	Votos	%	Assentos
CCM	8,021,427	55,03	252
Chadema	4,627,923	31,75	70
CUF	1,257,765	9	42
Outros	333,293	2,71	6
Total	14,574,957	100%	370
Fontes: ; https://www.nec.go.tz/			

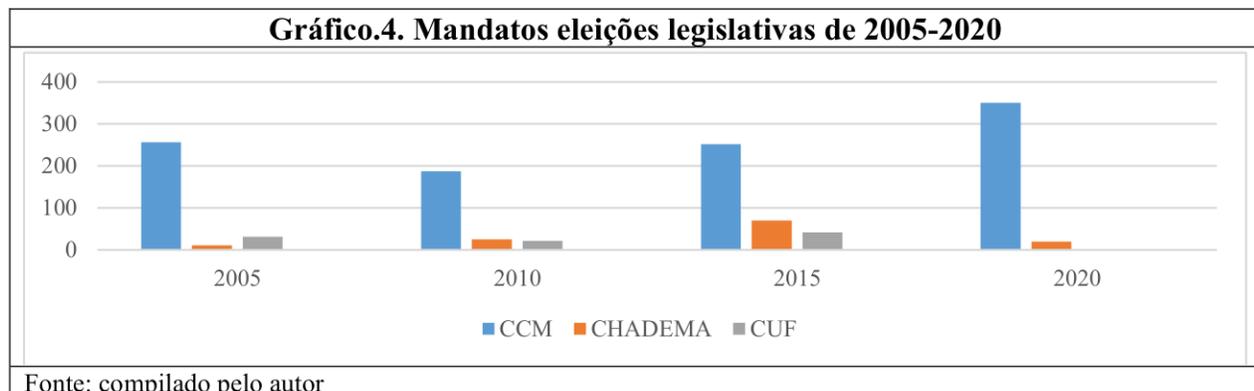
As eleições de legislativas de 2020 foram marcadas por suspeição e contestação pela oposição devido aos resultados, a tabela 17, demonstra que o CCM venceu com uma margem alta, este partido conquistou 350 assentos, o Chadema principal partido da oposição obteve apenas 20 mandatos.

Eleitores	29,754,699		100%
Votantes	-		-
Votos Inválidos	-		-
Votos Válidos	13,149.815		44
Partidos	Votos	%	Assentos
CCM	10,945.322	83,2	350
Chadema	2,204,493	16,8	20
Outros	-	-	23
Total		100%	393
Fontes: ; https://www.nec.go.tz/			

O CCM, em 2005 conquistou 70%, mas nas eleições de 2010 amealhou 60%, perdendo 10%, em relação as eleições de 2015, o CCM obteve 55.4%, perdeu 4.6%, mas em 2020 conquistou 83.2%, com um ganho de 27.8%, em relação a 2015. O Chadema nas eleições de 2005 apenas conseguiu 8%, em 2010 amealhou 24%, registando um ganho de 16%, em 2015 atingiu 32%, com um aumento de 8%, em 2020 obteve 16.8%, registou uma queda considerável de 15.2%.

Em relação aos mandatos, o gráfico 4 revela que o CCM em 2005 sempre manteve o domínio na política nacional e sobre a NA, obteve 256 mandatos, em 2010 conseguiu 187 mandatos e perdeu 69, em 2015 conseguiu 252 mandatos recuperando 65 mandatos, em 2020 conseguiu 350 mandatos.

O Chadema em 2005 obteve 11 mandatos, em 2010 conseguiu 25 mandatos, um ganho de 14 mandatos, em 2015 amealhou 70 mandatos, um aumento de 45 mandatos, em 2020 teve 20 mandatos, uma queda de 50 mandatos.



1.2.1.3.África do Sul

1.2.1.3.1. Eleições Legislativas

A África do Sul adoptou o sistema de Westminster³⁸, as eleições fundadoras tiveram lugar em 1994, nas eleições de 2004 à 2019, na África do Sul não se registou alternância no poder, o ANC desde 1994 é o partido governamental. Nas eleições de 2004, de acordo com a tabela 18, o ANC venceu as eleições com 70% em segundo lugar ficou a DA com 12%, em terceiro o IFP com 7%, em quarto o ID com 2% e o NNP com 2%.

Tabela.18. Eleições Legislativas 2004

Eleitores Registados	20,674,926	100%
Votantes	15,863,554	77%
Votos Inválidos	250,887	2%
Votos Válidos	15,612,667	76%
Partidos	Votos	%
ANC	10,878,251	70%
DA	1,931,201	12%
IFP	1,008,664	7%
Outros	1,245,409	7%
Total	15,612,667	100%

Fonte: <http://psephos.adamcarr.net/countries/s/southafrica/southafrica20041.txt>

³⁸ Vide. HEYWOOD, A. (2013) *Politics*. Palgrave Macmillan. New York.,p.274

Na a tabela 19, o ANC venceu as eleições com 66%, a DA ficou com 17%.

Tabela.19. Eleições Legislativas 2009		
Eleitores Registrados	23,181,998	100%
Votantes	17,919,966	77%
Votos Inválidos	239,237	1.3%
Votos Válidos	17,680,729	98.7%
Partidos	Votos	%
ANC	11,650,748	66%
DA	2,945,829	17%
COPE	1,311,027	7.4%
Outros	1,557,359	9.25%
Total	17,680,729	100%

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/s/southafrica/southafrica2009.txt>

Nas eleições de 2014, o ANC venceu com 62. % a DA conquistou 22%, o EFF obteve 6.4%.

Tabela.20. Eleições Legislativas 2014		
Eleitores Registrados	25,388,082	100%
Votantes	18,654,771	74%
Votos Inválidos	252,274	1.4%
Votos Válidos	18,402,497	98.6%
Partidos	Votos	%
ANC	11,436,921	62.2%
DA	4,091,584	22.2%
EFF	1,169,259	6.4%
Outros	1,704,733	9.4%
Total	18,402,497	100%

Fonte: <http://psephos.adamcarr.net/countries/s/southafrica/southafrica2014.txt>

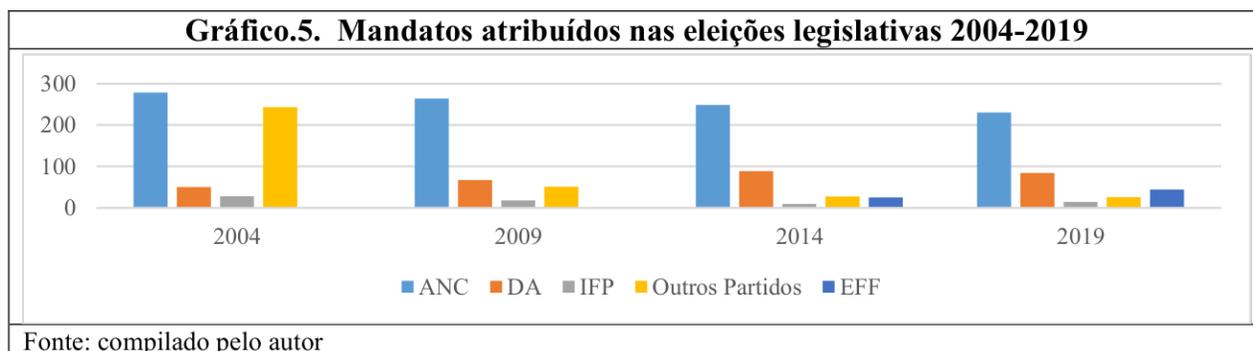
Em 2019 conforme a tabela 21 o ANC venceu com 57.5%, a DA ficou com 21% e o EFF 11%.

Tabela.21. Eleições Legislativas 2019		
Eleitores Registrados	26,779,025	100%
Votantes	17,671,616	66%
Votos Inválidos	235,472	1.3%
Votos Validos	17,436,144	98.7%
Partidos	Votos	%
ANC	10,026,475	57.5%
DA	3,621,188	21%
EFF	1,881,521	11%
Outros	1,906,960	10.9%
Total	15,612,667	100%

Fonte: <http://psephos.adamcarr.net/countries/s/southafrica/southafrica20191.txt>

Nas eleições legislativas o ANC manteve o poder, em 2004 obteve 70%, em 2009 conquistou 66%, teve queda de 4%, em 2014 amealhou 62.2%, registou queda de 3.8%, em 2019 apesar da vitória teve 57.5%, com queda de 4.7%. A DA em 2004 conquistou 12% em 2009 subiu 5% conquistando 17%, em 2014 obteve 22.2%, uma subida de 5.2%, nas eleições de 2019 obteve 21% com queda de 1.2%, o EFF em 2014 obteve 6%, em 2019 conseguiu 11%, com uma de 5%.

O gráfico 5 mostra que em 2004 o ANC obteve 279 mandatos, em 2009 teve 264 mandatos, perdeu 15 mandatos, em 2014 amealhou 249 mandatos, perdeu 15 mandatos, em 2019 teve 230 mandatos e perdeu 19 mandatos. A DA em 2004 conquistou 50 mandatos, em 2009 obteve 67 mandatos subiu 17 mandatos em relação a 2004, em 2014 conquistou 89 mandatos com uma subida de 22 mandatos, e em 2019 conquistou 84 mandatos com perda de 5 mandatos. O EFF em 2014 teve 25 mandatos, em 2019 obteve 44 mandatos mais 19 mandatos que a eleição anterior.



1.2.1.4. Portugal

1.2.1.4.1. Eleições Presidenciais

Eleitores Registados	8,830,706	100%	
Votantes	5,529,117	63%	
Votos Inválidos	102,273	2%	
Votos Válidos	5,426,844	98%	
Candidatos	Partidos	Votos	%
Anibal Cavaco Silva	PSD-PP	2,745,491	51%
Manuel Alegre Duarte	-	1,124,662	21%
Mauro Soares	PS	778,389	14.3%
Outros	-	778,322	14.7
Total		5,426,844	100%
Fonte: http://psephos.adam-carr.net/countries/p/portugal/portugal2006.txt			

As eleições fundadoras em Portugal tiveram em 1976, no séc. XXI, nas eleições de 2006 pela tabela 22 foram vencidas por Aníbal Cavaco Silva do PSD com 51%, Manuel Alegre candidato independente ficou em segundo lugar com 21%, em terceiro Mauro Soares⁺ do PS com 14.3%. Nas eleições de 2011, de acordo com a tabela 23, venceu Aníbal Cavaco Silva do PSD, com 53%, Manuel Alegre do PS teve 20% e Fernando Nobre com 14%.

Tabela.23. Eleições presidenciais 2011			
Eleitores Registados		9,656,472	100%
Votantes		4,492,297	47%
Votos Inválidos		277,875	6.2%
Votos Válidos		4,214,422	93.8%
Candidatos	Partidos	Votos	%
Manuel Alegre Duarte	PS	832,637	20%
Aníbal Cavaco Silva	PSD	2,231,603	53%
Fernando Nobre	-	594,068	14%
Outros	-	556,124	13.6%
Total		4,214,422	100%

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/p/portugal/portugal2011.txt>

Nas eleições de 2016 pela tabela 24 venceu o candidato Marcelo Rebelo de Sousa do PSD-CDS com 52%, em segundo António da Póvoa com 23%, e Marisa Matias do BE com 10%.

Tabela.24. Eleições presidenciais 2016			
Eleitores Registados		9,741,337	100%
Votantes		4,740,558	49%
Votos Inválidos		102,492	2.2%
Votos Válidos		4,638,066	97.8%
Candidatos	Partidos	Votos	%
Marcelo Rebelo de Sousa	PSD-CDS	2,411,925	52%
António da Póvoa	-	1,061,390	23%
Marisa Matias	BE	469,582	10%
Outros	-	695,169	14.8%
Total		4,638,066	100%

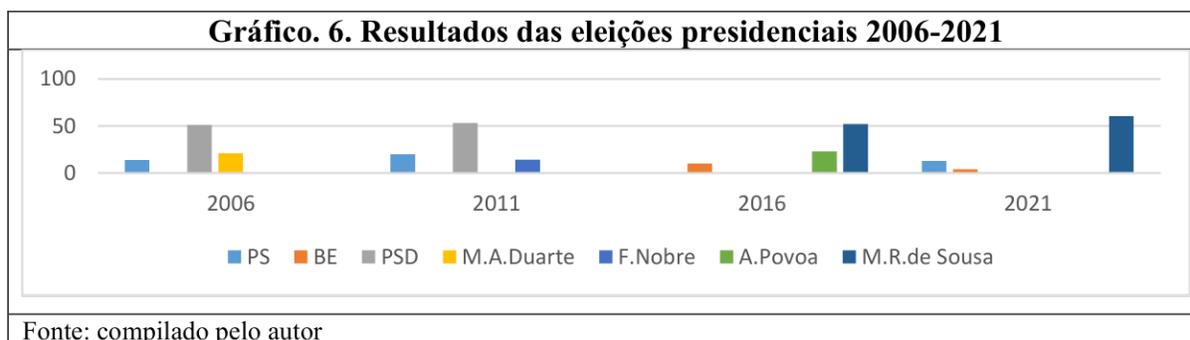
Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/p/portugal/portugal2016.txt>

As eleições de 2021 foram disputadas e pelo disposto na tabela 25, o candidato presidencial Marcelo Rebelo de Sousa do PSD concorria a sua reeleição e venceu as eleições com 60.66% e em segundo lugar ficou a candidata presidencial Ana Gomes do PS com 12,96% e em terceiro lugar o candidato presidencial de direita e estreante André Ventura do partido CHEGA com 11,93%.

Tabela.25. Eleições presidenciais 2021			
Eleitores Registados		10,847.434	100%
Votantes		4,258.356	39,26%
Votos Inválidos		85,182	0.78%
Votos Válidos		4,173.174	38.47%
Candidatos	Partidos	Votos	%
Marcelo Rebelo de Sousa	PSD	2,411,925	60.66%
Ana Gomes	PS	540823	12.96%
André Ventura	CHEGA	497,747	11.93%
Outros	-	602,913	14.45
Total			100%

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/p/portugal/portugal2016.txt>

As eleições presidenciais pelo gráfico 6, demonstram a hegemonia do PSD com as eleições de Cavaco Silva em 2006 e 2011 com 51% e 53% e ganho de 3%, Marcelo Rebelo de Sousa em 2016 e 2021 com 52% e 60%, respectivamente e com um ganho de 8%.



1.2.1.4.2. Eleições Legislativas

Nas eleições legislativas de Portugal realizadas em 2005, pelo disposto na tabela 26 o PS venceu com 46% e formou governo, o PSD obteve 30% e ficou como principal partido da oposição.

Tabela.26. Eleições legislativas 2005			
Eleitores Registados		8,785,227	100%
Votantes		5,712,800	65%
Votos Inválidos		167,353	3%
Votos Válidos		5,545,447	97%
Partidos	Votos	Assentos	%
PSD	1,639,240	72	30%
PS	2,573,406	120	46.%
Outros	1,211,329	34	23%
Total		5,545,447	226
			100%

Pela tabela 27, nas eleições de 2009, o PS voltou a vencer as eleições com 38%, formou governo e o PSD obteve 30%, o CDS-PP conseguiu 11%.

Eleitores Registados	9,337,314	100%	
Votantes	5,658,778	61%	
Votos Inválidos	173,267	3%	
Votos Validos	5,485,511	97%	
Partidos	Votos	Assentos	%
PSD	1,646,097	78	30%
PS	2,068,665	96	38%
CDS-PP	592,065	21	11%
Outros	1,435,287	45	26%
Total	5,485,511	226	100%

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/p/portugal/portugal2009.txt>

Nas eleições de 2011, de acordo com a tabela 28 o PSD conquistou 39% e formou governo, relegando para a oposição o PS com 28%, o CDS-PP conquistou 12%.

Eleitores Registados	9,429,024	100%	
Votantes	5,554,581	59%	
Votos Inválidos	223,357	4%	
Votos Válidos	5,331,224	96%	
Partidos	Votos	Assentos	%
CDS-PP	652,278	24	12%
PS	1,557,931	73	28%
PSD	2,145,780	105	39%
Outros	728,981	24	13%
Total	5,331,224	226	100%

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/p/portugal/portugal20112.txt>

Nas eleições de 2015, pela tabela 29 o PSD venceu as eleições com 39%, mas perdeu o poder para o PS que por meio de acordos negociados e celebrados pelo seu líder António Costa com partidos de esquerda com mandatos, conseguiu retirar o PSD do poder executivo através de uma coalização liderada pelo PS, que embora frágil permitiu a alternância no poder e ruptura com a política de austeridade praticada pelo PSD.

Eleitores Registrados	9,439,651	100%	
Votantes	5,374,363	57%	
Votos Inválidos	5,084,970	2%	
Votos Válidos	5,287,792	96%	
Partidos	Votos	Assentos	%
CDS-PP	652,278	24	12%
PS	1,557,931	73	28%
PSD	2,145,780	105	37%
Outros	728,981	24	13%
Total	5,084,970	226	100%

Fonte: <http://electionresources.org/pt/assembly.php?election=2015>

Em 2019, pela tabela 30, António Costa conduziu o PS a mais uma vitória significativa nas eleições legislativas com 38% e formou governo, o PSD postulou-se como o principal partido na oposição, com 29%.

Eleitores Registrados	10,777,258	100%	
Votantes	5,237,484	49%	
Votos Inválidos	254,875	5%	
Votos Válidos	4,982,609	95%	
Partidos	Votos	Assentos	%
BE	498,549	19	10%
PS	1,903,687	108	38%
PSD	1,454,283	79	29%
Outros	918,918	24	18%
Total	4,982,609	226	100%

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/p/portugal/portugal2019.txt>

As eleições legislativas são muito disputadas pelo PS e o PSD que tem um amplo apoio das bases e das massas. Em 2005 o PS venceu as eleições com 46% e o PSD obteve 30%, em 2009 o PS voltou a vencer, mas com apenas 38%, menos 8% que na anterior eleição, o PSD manteve os 30%.

No ano de 2011 o PSD venceu as eleições com 39% mais 9% que na eleição de 2009, o PS foi a oposição com 28%, em 2015, o PSD e CDS venceu as eleições com 37% perdeu apenas 2% em relação a eleição anterior, o PS obteve 32%, mas a coligação vencedora não formou governo e o PS formou um governo minoritário de esquerda.

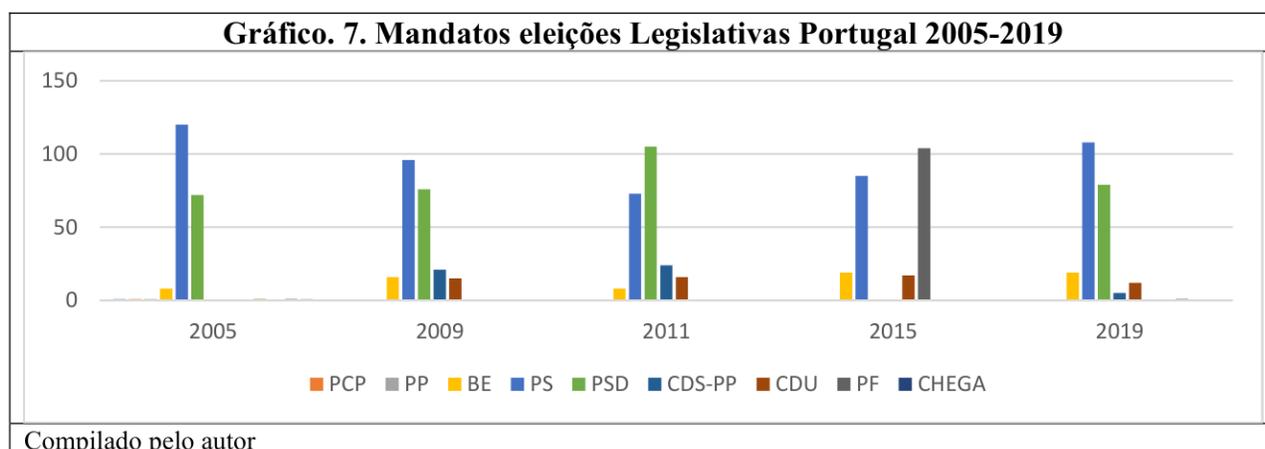
Nas eleições de 2019 o PS venceu as eleições legislativas com 38% mais 5% em relação as eleições de 2015 e o PSD obteve 29% uma queda de 8%.

Como demonstra o gráfico 7, as eleições em 2005 foram muito disputadas o PS de José Sócrates conquistou 120 mandatos e o PSD foi para a oposição com 72 mandatos, em 2009 o PS venceu as eleições, mas com 96 mandatos, mas perdeu 24 mandatos, o PSD por seu lado conseguiu 76 mandatos com um ganho de 4 mandatos.

O ano eleitoral de 2011 foi marcado pela vitória do PSD que obteve 105 mandatos, com um ganho de 29 mandatos em relação as eleições de 2009, o PS quedou-se na oposição com 73 mandatos, em comparação com as eleições anteriores perdeu 23 mandatos.

Em 2015 o PSD integrado na coligação PF, obteve 104 mandatos menos 1 mandato que nas eleições de 2011, o PS por seu lado obteve 85 mandatos mais 12 mandatos que nas eleições anteriores, o PS com um entendimento acordo com os partidos de esquerda representados na AR formou um governo minoritário apelidado de “gerigonça”.

As eleições de 2019 foram disputadas, o PS e a sua governação foram premiados com 108 mandatos, o PSD continuou na oposição, porque obteve 79 mandatos uma perda de 25 mandatos em relação a eleição anterior.



1.2.1.5. Brasil

1.2.1.5.1. Eleições Presidenciais

As eleições fundadoras no Brasil tiveram em 1990, séc. XXI as eleições presidenciais mostraram a dominância do PT que venceu as eleições de 2006, 2010 e 2014, em 2018 o PSL rompeu o domínio do PT. Para as eleições presidenciais de 2006, na tabela 31 o candidato Lula da Silva do PT no primeiro turno obteve 49% e o adversário Geraldo Alckim do PSDB conseguiu 42%.

No segundo turno o candidato Lula da Silva do PT venceu as eleições presidenciais com 60.8% o candidato Geraldo Alckim obteve 39.2% perdeu as eleições.

		Primeiro Turno		Segundo Turno	
Eleitores Registrados		125,913,479	100%	125,913,479	100%
Votantes		104,724,120	83%	101,997,079	81%
Votos Inválidos		8,815,219	8%	6,159,931	6%
Votos Válidos		95,996,733	92%	95,837,148	94%
Partidos	Candidatos	Votos	%	Votos	%
PSDB	G. Alckmin	39,968,369	42%	37,542,978	39.2
PT	Lula da Silva	46,662,365	49%	58,294,170	60.8
Outros	-	9,114,237	10%		
Total	-	95,996,733	100%	95,837,148	100%

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/b/brazil/brazil2006pres.txt>

Em 2010, atente a tabela 32, as eleições marcaram a estreia de Dilma Rouseff do PT que teve no primeiro turno 46%, José Serra do PSDB conseguiu 32%, no segundo turno Dilma Rouseff do PT venceu com 56% as eleições e José Serra do PSDB perdeu com 44%.

		Primeiro Turno		Segundo Turno	
Eleitores Registrados		135,804,433	100%	135,804,433	100%
Votantes		111,193,747	81%	106,605,942	78%
Votos Inválidos		9,603,594	9%	7,142,025	6%
Votos Válidos		101,590,153	91%	99,463,917	93%
Partidos	Candidatos	Votos	%	Votos	%
PSDB	José Serra	33,132,283	32%	43,711,388	44%
PT	Dilma Rouseff	47,651,434	46%	55,752,529	56%
PV	Maria Silva	19,636,359	19%	-	
Outros	-	1,170,077	1%	-	-
Total	-	101,590,153	100%	99,463,917	-

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/b/brazil/brazil2010.txt>

Na tabela 33, as eleições de 2014 foram muito disputadas, Dilma Roussef do PT concorria para a reeleição contra o candidato Aécio Neves do PSDB, no primeiro turno a candidata do PT obteve 42% e o candidato do PSDB conseguiu 39%. No segundo turno a candidata Dilma Roussef do PT obteve 52% e conquistou uma vitória apertada sobre o adversário Aécio Neves que perdeu com 48%.

		Primeiro Turno		Segundo Turno	
Eleitores Registrados		142,822,046	100%	142,822,046	100%
Votantes		115,122,883	81%	112,683,879	79%
Votos Inválidos		11,099,081	9.6%	7,141,606	6%
Votos Válidos		104,023,802	90%	105,542,273	94%
Partidos	Candidatos	Votos	%	Votos	%
PSDB	Aécio Neves	34,8973,211	34%	51,041,155	48%
PT	Dilma Roussef	43,267,668	42%	54,501,118	52%
PSL	Marina Silva	22,176,619	21%	-	-
	Outros	2,538,844	4%	-	-
Total	-	95,996,733	100%	105,542,273	100%

Fonte: <http://electionresources.org/br/president.php?election=2014>

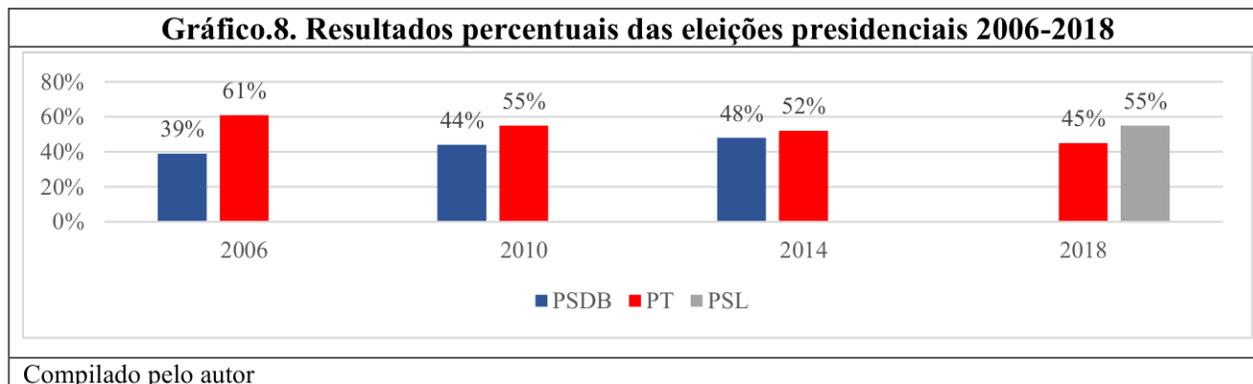
As eleições presidências do ano de 2018 com os resultados patentes na tabela 34, apresentaram o Fernando Haddad como candidato do PT e marcou a estreia como candidato presidencial de Jair Bolsonaro do PSL e o retorno de Geraldo Alckim como candidato presidencial do PSDB, no primeiro turno os candidatos do PT e do PSL foram apurados, o primeiro com 29% e o segundo com 46%. O segundo turno foi marcado pela vitória do candidato presidencial do PSL Jair Bolsonaro por 55% e a derrota do candidato do PT Fernando Haddad.

		Primeiro Turno		Segundo Turno	
Eleitores Registrados		147,306,295	100%	147,306,294	100%
Votantes		117,364,654	80%	115,933,451	78%
Votos Inválidos		10,313,905	9%	11,09,698	10%
Votos Válidos		107,050,749	92%	104,838,753	90%
Partidos	Candidatos	Votos	%	Votos	%
PT	Fernando Haddad	31,342,051	29%	47040,906	45%
PDT	Ciro Gomes	13,344,371	13%		
PSL	Jair Bolsonaro	49,277,010	46%	57,797,847	55%
Outros	-	13,087,317	13.05%		
Total	-	107,050,749	100%	104,838,753	100%

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/b/brazil/brazil20181.txt>

No gráfico 8 Lula da Silva do PT conquistou a reeleição em 2006 com 61% dos votos, em 2010, Dilma Rousseff candidata do PT e venceu José Serra do PSDB, com 56 % dos votos contra 44% dos votos. Nas eleições de 2014 Dilma Rousseff do PT venceu as eleições no segundo turno, com 52%, menos 5% comparado com a eleição anterior.

Fernando Haddad candidato do PT perdeu as eleições presidências de 2018 com 45% no segundo turno para Jair Bolsonaro do PSL que obteve 55%, nas eleições de 2006 a 2018, o PT perdeu de forma sequenciada 16% de votos, confirmando um declínio nas urnas.



1.2.1.5.2. Eleições Legislativas

Para câmara dos deputados são eleitos os representantes do povo, o senado é formado pelos representantes dos Estados e distrito federal. Os resultados das eleições legislativas de 2006, na tabela 35, demonstram que ao nível do Senado o PSDB conquistou 12.5%, o PMDB alcançou 12%, a PFL conseguiu 25.7% e o PT amealhou 19.2%.

		Senado		Câmara de Deputados		
Eleitores Registrados		125,827,119	100%	125,827,119		100%
Votantes		104,778,751	83%	104,778,751		83%
Votos Inválidos		20,394,946	20%	11,593,921		12%
Votos Válidos		84,383,805	80%	93,184,830		88%
Partidos	Votos	Mandatos	%	Votos	Mandatos	%
PSDB	10,547,778	5	12.5	12,691,043	65	13.6
PMDB	10,148,024	4	12	13,580,517	89	14.6
PFL	21,653,812	6	25.7	10,182,308	65	10.9
PT	16,222,159	2	19.2	13,989,859	83	15.0
Outros	23,135,563	17	26.83	36,034,078	302	64.2
Total	81,707,336	27	100	93,184,830	526	100

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/b/brazil/brazil2006senate.txt>

Ao nível da câmara de deputados o PSDB conseguiu 13.6%, o PMDB conquistou 14.6% e o PFL obteve 10.9% e o PT conseguiu 15%.

Na tabela 36, para o Senado o PMDB conquistou 13.6%, o PT conquistou 23.1%, o PSDB teve 18.1%. Para a câmara de deputados, o PMDB conseguiu 12.9%, o PT amealhou 16.8%, o PSDB conquistou 11.7%.

Senado		Câmara de Deputados				
Eleitores Registrados	135,523,622	100%		135,523,536	100%	
Votantes	111,038,684	82%		111,038,704	82%	
Votos Inválidos	32,104,779	15%		12,816,484	12%	
Votos Válidos	170,431,573	77%		98,222,220	88%	
Partidos	Mandatos	Votos	%	Mandatos	Votos	%
PMDB	16	23,129,448	13.6	78	12,681,654	12.9
PT	11	39,410,141	23.1	87	16,508,091	16.8
PSDB	5	30,903,736	18.1	53	11,479,666	11.7
Outros	20	69,073,926	41	257	58,114,837	50.8
Total	54	170,424,894	100	513	98,222,220	100

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/b/brazil/brazil20103.txt>

Para o Senado na tabela 37, o PMDB conseguiu 13.6%, o PSDB conquistou 26.7%, o PT conquistou 17%. Na câmara de deputados, o PMDB obteve 11.1%, o PSDB teve como resultado 11.4%, o PT amealhou 13.9%.

Eleitores Registrados		142,384,193				
Senado		Câmara de Deputados				
Votantes	114,906,582	81%		114,906,580	81%	
Votos Inválidos	14,153,698	12%		7,536,833	7%	
Votos Válidos	89,351,604	78%		97,263,161	85%	
Partidos	Mandatos	Votos	%	Mandatos	Votos	%
PMDB	5	12,129,969	13.6	66	10,791,949	11.1
PSDB	4	23,880,078	26.7	54	11,073,631	11.4
PT	2	15,155,818	17.0	69	13,554,166	13.9
Outros	16	38,127,828	42.6	241	42,223,216	43.3
Total	27	89,351,604	100%	513	93,184,830	100

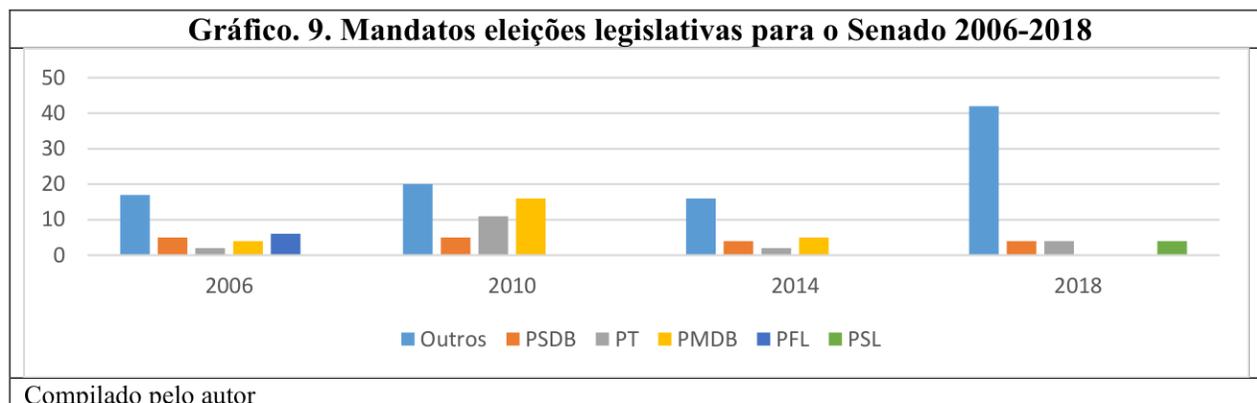
Fonte: <http://electionresources.org/br/senators.php?election=2014>

A tabela 38 para o Senado destaca que o PSDB conquistou 11.9%, o PSL teve 11.3%, o PT conseguiu 14.5%. Para a câmara de deputados o PT obteve 11.7%, o PSL teve como resultado 11.7%, PSDB conseguiu 6%.

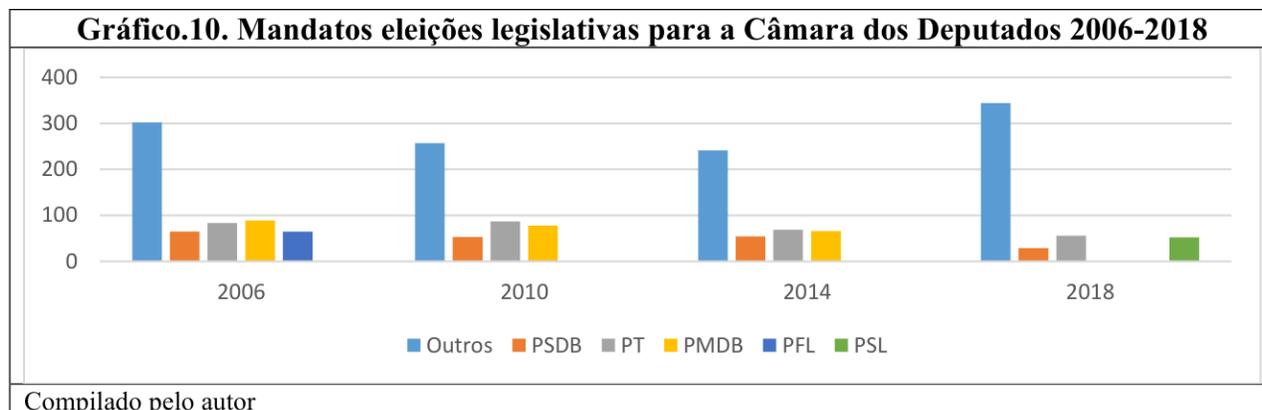
Tabela.38. Eleições Legislativas 2018						
Eleitores Registrados				146,750,529		
Senado				Câmara de Deputados		
Votantes	117,111,478	80%		117,111,476	80%	
Votos Inválidos	41,073,706	18%		11,272,295	10%	
Votos Válidos	171,376,322	73%		98,338,993	84%	
Partidos	Mandatos	Votos	%	Mandatos	Votos	%
PT	4	24.785.670	14.5	56	11.457.878	11.7
PSDB	4	20.310.558	11.9	29	5.905.541	6.0
PSL	4	19.413.869	11.3	52	11.457.878	11.7
Outros	42	99,902,225	61.9	376	71,848,967	70.22
Total	54	171,376,322	100	493	98,338,993	100

Fonte: <http://psephos.adam-carr.net/countries/b/brazil/brazil20182.tx>

Para o Senado, o gráfico 9 especifica, que nas eleições de 2006, o PFL obteve 6 mandatos, o PSDB conseguiu 5 mandatos, o PMDB teve 4 mandatos, o PT obteve 2 mandatos. Nas eleições de 2010 para o Senado o PMDB obteve 16 mandatos, o PT obteve 11 mandatos, o PSDB teve 5 mandatos, nas eleições de 2014 o PT só conseguiu eleger 2 senadores, o PMDB apenas elegeu 5 senadores, o PSDB elegeu 4 senadores. Nas eleições de 2018, a tendência manteve-se, o PT conseguiu 4 mandatos, o PSDB manteve 4 mandatos, e o PSL conquistou 4 mandatos.



No gráfico 10, nas eleições de 2006 o PSDB obteve 65 mandatos, o PT teve 83 mandatos, o PMDB arrecadou 89 mandatos o PFL alcançou 65 mandatos. Nas eleições de 2010 o PSDB perdeu 12 mandatos obteve 53 mandatos, o PT conseguiu 4 mandatos e ficou com 87 mandatos, o PMDB ficou com 78 mandatos. Nas eleições de 2014 o PSDB teve 1 mandato ficou com 54 mandatos, o PT perdeu 18 mandatos e obteve apenas 69 mandatos, o PMDB arrecadou 66 mandatos menos 12 mandatos. Nas eleições de 2018 o PSDB perdeu 25 mandatos, ficou com 29 mandatos, o PT perdeu 13 mandatos e manteve 56 mandatos, o PSL teve 52 mandatos.



1.3. DEMOCRATIZAÇÃO E CULTURA POLITICA

1.3.1. A Democratização e abordagens teóricas

A Democratização é um fenómeno global, as mudanças políticas na Europa, América Latina, Africa Subsaariana, Ásia, Europa do Leste, a queda do Muro de Berlim (1989)³⁹, tornaram a Democracia no regime mais comum no mundo, nos anos 50 e 60, o debate sobre regimes, foi feito entre a Democracia e o Totalitarismo⁴⁰, com a Guerra Fria, surgiu a abordagem dos “três mundos” que dividiu o mundo em - (1) o primeiro mundo capitalista (os regimes ocidentais industrializados); (2) o segundo mundo comunista (os regimes comunistas industrializados); (3) o terceiro mundo subdesenvolvido (os países pobres da África, Ásia e América Latina)-esta classificação atendia dimensões política, ideológica e económica, não conseguiu manter-se, devido ao “quarto mundo” resultado da pobreza extrema, na África Subsaariana, nos anos 90.⁴¹

O autor, HAERPFER (2011) destacou a Democratização como processos políticos (1) transformação de um regime não democrático para um regime político democrático; (2) transformação política da democracia eleitoral ou parcial para a Democracia completa ou consolidada.⁴²

A tabela 39 sistematiza quatro abordagens explicativas da Democratização, a primeira é a Modernização que conecta a Democratização e o desenvolvimento económico, correlaciona a De-

³⁹ MORLINO, L., et., al., (2017) *Political Science a Global Perspective*. SAGE. Washington DC.,p.93 Vide. ALMOND, G. A. & VERBA, S. (1989) *The Civic Culture- Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. SAGE Publications. Newbury., pp.1-337.

⁴⁰ HOFFMAN, J. (2007) *A Glossary of Political Theory*. Edinburgh University Press. Edinburgh., pp.38-185

⁴¹ HEYWOOD, A. (2013) *Politics*. Palgrave MacMillan. Basingstoke, pp.269-270; Vide. JOSEPH, R. (1997) *Democratization in Africa after 1989: Comparative and Theoretical Perspectives*. Comparative Politics, Vol.29, Nº.3, Transitions to Democracy: a special issue in Memory of Dankwart A. Rustow, pp.363-382.

⁴² HAERPFER, C. W. Democratization. In: BADIE, B., et, al. (Ed) *Encyclopedia of Political Science*. SAGE. Londres, pp. 622-623; Cf. BROOKER, P. (2014) *Non-Democratic Regimes*. Palgrave-Macmillan. Basingstoke., pp. 206-224.

mocracia com a modernidade, progresso, industrialização capitalista e as condições sociais, as sociedades replicam a transição.⁴³

A segunda abordagem é a Histórico-Sociológica ou estruturalista, destaca as estruturas e o busca a identidade nas trajetórias do desenvolvimento do Estado, na modernidade (por meio da guerra ou revolução), esta abordagem tem origens intelectuais, desponta como reação ao behaviorismo, oferece uma visão centrada no Estado, e atribui aos actores colectivos o papel de instauradores da Democracia e a transformação do Estado por meio do conflito de classes.⁴⁴

Tabela.39. As quatro abordagens sobre a Democratização

Abordagem da Modernização	Abordagem Histórico-Sociológica (Estruturalista)
Abordagem Estudos de Transições ou Transitologia	Abordagem Alternativa Tridimensional (Estado, Sociedade Civil e Globalização)

A terceira abordagem é estudos de Transição ou Transitologia, a Democracia é resultado da intervenção de actores, é criada independente do contexto estrutural, a crítica de RUSTOW⁴⁵, sobre a abordagem da Modernização, afirma que a falha, está no carácter errôneo das Democracias maduras (o que as fez florescer), as causas de novas Democracias e sugere que a condição da Democracia é um Estado nacional unificado cuja criação é um processo dinâmico em contexto de uma “prolongada e inconclusiva luta política”.⁴⁶

⁴³ GRUGEL, J. (2002) *Democratization a Critical Introduction*. Palgrave. Basingstoke, pp.46-51. Vide. LIPSET, S. M. (1959) *Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy*. American Political Science Review, 53.1. pp.75-78; LIPSET, S. M. (1960) *Political Man: The Social Basis of Politics*, Doubleday. Nova York., pp.48-50, DHAL, R. (1989) *Democracy and Its Critics*. Yale University Press, New Haven, p.251, LANDMAN, T (2000) *Issues and Methods in Comparative Politics an Introduction*. Routledge. Londres. pp.6-82 LEFTWICH, A (1996) *Two Cheers for Democracy?* Political Quarterly, 67.4, p.329; DIAMOND, L (1996) *Is the Third Wave over?* Journal of Democracy.7.3 p.34; BUNCE, V. (2000) *Comparative Democratization: Big and Bounded Generalizations*. Comparative Political Studies 33, pp.703-734;

⁴⁴ GRUGEL, J. (2002) *Ibidem*, op, cit, pp.51-56..

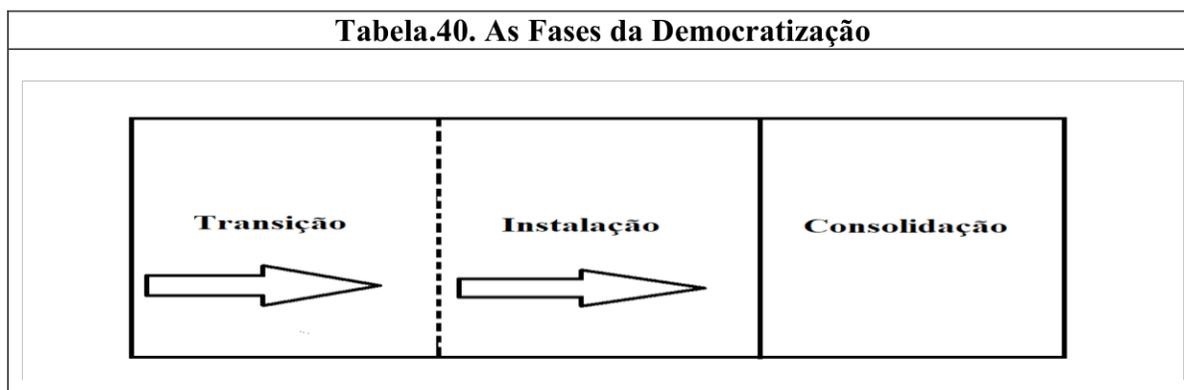
⁴⁵ Vide. RUSTOW, D (1970) *Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model*. Comparative Politics,2, 3 ,pp.350-356

⁴⁶ GRUGEL, J. (2002) *Idem*, op, cit, pp.56-64. Vide. ; PRZEWORSKI, A (1986) *Some Problems in the Study of Transitions to Democracy*, in: O'DONNELL, G. et, all. (eds) *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, p.59

A alternativa Tridimensional explica a Democratização por meio do Estado, Sociedade Civil e a Globalização, estas dimensões sobrepõem-se e permitem o eficaz emprego do poder, o Estado é encorpado de Poder e é central à Democratização-(1) Democratização significa a construção de um Estado Democrático; (2) O Estado tem actores com interesses que podem impedir ou subverter a democratização; (3) A capacidade do Estado joga um papel determinante no sucesso ou fracasso da Democratização;(4) o Estado carece de soberania, a Democracia representa alteração na balança de poder na Sociedade Civil, marcadas por participação e lutas por direitos;(5) a Democratização é uma tendência global devido à pressão internacional, que moldam os resultados e as lutas políticas enquanto a Democracia falha ou é bem sucedida na consolidação.⁴⁷

1.3.2. As Fases da Democratização

As fases da democratização na tabela 40, iniciam pela Transição que a queda do regime autoritário, segue instalação da democracia⁴⁸, esta fase coincide com a Transição, esta última é o período em que o regime autoritário abandonou algumas características autoritárias mas sem adquirir todos os caracteres da democracia, com soluções políticas apoiadas pelos actores, temos o reconhecimento dos direitos civis e políticos, realizam-se as “eleições fundadoras”.⁴⁹



A consolidação combina comportamentos, atitudes e práxis, a democracia é um “jogo acessível a sociedade”, o poder não é conquistado por secessão ou golpe de Estado, o povo crê na mu-

⁴⁷ GRUGEL, J. (2002) op, cit, pp.64-67. Cf. SCHMITTER, P. (1995) *Transitology: The Science or the Art of Democratization*. In: TULCHIN, J & ROMERO, B. (eds), *The Consolidation of Democracy*. Woodrow Wilson Center/Lynne Rienner. Boulder., pp.19 e ss.

⁴⁸ O'DONNELL, G. & SCHMITTER, P.C. *Transitions from authoritarian rule; Tentative conclusions about uncertain democracies*. In: O'DONNELL, G et, al, (1986) *Transition from Authoritarian Rule: Southern Europe*. Johns Hopkins University Press. Baltimore., p.6

⁴⁹ Vide WHITEHEAD, L. (2002) *Democratization: Theory and Experience*. Oxford University Press. Oxford., pp. 47-75; O'DONNELL, G. A. (2007) *The Perpetual Crises of Democracy*. *Journal of Democracy*. Vol. 18. Nº. 1., pp.5-11

dança política pela democracia, a lei resolve os conflitos, a democracia internaliza-se na vida social, institucional e psicológica, há chance de regime democrático colapsar por ser incapaz de resolver crises.⁵⁰

A consolidação democrática institui as características das instituições, procedimentos, normas estruturas da democracia, que carece de um governo que seja no mínimo democrático, quanto a distinção do regime democrático - (1) o regime é democrático quando protege os direitos civis e realiza eleições livres, transparentes e competitivas, (2) a forma mínima são as “democracias eleitorais”, com requisitos, como eleições parcialmente livres, com limitadas chances de vitória da oposição, (3) para ser um regime democrático, os resultados das eleições devem refletir a vontade do eleitorado, permitir a remoção de políticos do poder, liberdade para partidos divulgarem ideias e obter votos, direitos e liberdades, o governo e a administração pública são eficientes, o sistema de justiça é independente, os partidos e grupos de interesse são dinâmicos, a cultura política é robusta, a sociedade civil é autônoma e interventiva, há representação dos interesses de grupos étnicos, culturais e minorias religiosas.⁵¹

A consolidação democrática define a pesquisa de transições democráticas, os factores estruturais, a intervenção de actores políticos, as diferenças das transições, as “eleições fundadoras”.⁵²

A “consolidação democrática” é a institucionalização do processo eleitoral e tem as dimensões, durabilidade, efectividade, a alternância do poder, a quebra do regime autoritário como a instituição chave da democracia, mas tem críticas, (1) a efectividade das eleições visa a consolidação democrática e promoção da democracia,(2) a manutenção das eleições desvia atenção para mudanças institucionais do regime, a estabilidade democrática.⁵³

Na tabela 41 estão indicados alguns factores explicativos da consolidação democrática nos casos em estudo e seus resultados.

⁵⁰ LINZ, J.J. & STEPAN, A. (1999) *A transição e consolidação da Democracia- a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Trad. Zimbres, P. Paz e Terra. São Paulo., pp.23-24, Cf. BRATTON, M. & VAN DE WALLE, N. (1997) *Democratic Experiments in Africa-Regimes Transitions in Comparative Perspective*. Cambridge University Press. Cambridge., pp.98-116; GRASSI, D. *Democratic Consolidation*. In: BADIE, B., et., al (Edi.) (2011) *International Encyclopedia of Political Science*. Sage. Londres., pp.614-615; .

⁵¹ GRASSI, D. *Democratic Consolidation*. In: BADIE, B., et., al (Edi.) (2011) *International Encyclopedia of Political Science*. Sage. Londres., pp.614-615

⁵² LINZ, J.J. *Democratic Consolidation*. In: BARRY CLARKE, P. & FOWERAKER, J. (Edi.) (2001) *Encyclopedia of Democratic Thought*. Routledge- Taylor & Francis Group. Londres, pp.215-216; Vide. O'DONNELL, G. & SCHMITTER, P. (1986) *Transitions from Authoritarian Rule. Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. MD: The Johns Hopkins University Press., p.61

⁵³ LINZ, J.J. *Democratic Consolidation*. In: BARRY CLARKE, P. & FOWERAKER, J. (Ed.) (2001) *Encyclopedia of Democratic Thought*. Routledge- Taylor & Francis Group. Londres, pp.217-218.

Tabela.41. Consolidação Democrática

Países	Actores Explicativos							Resultados
	Anterior regime	Sociedade Civil	Estado de Direito	Aparelho Estatal	Economia Política	Cultura Política	Potencial de conflito	
Moçambique	Autoritarismo civil e partido hegemônico	Forte	Fraco	Partidarizado Burocrata	Sistema Económico Fraco Neopatrimonial	Muito Baixa	Instabilidade político militar Confrontação armada	Inconsolidada
Tanzânia	Autoritarismo civil e partido hegemônico	Média	Médio	Apartidário Burocrata	Médio crescimento económico	Média	Estabilidade política e socioeconómica	Baixa qualidade de consolidação democrática
África do Sul	Autoritarismo civil e partido fraco	Forte	Forte	Apartidário Modernizado especializado	Forte Crescimento económico	Média	Estabilidade política e debilidade social	Baixa qualidade de consolidação democrática
Portugal	Autoritarismo civil e partido fraco	Forte	Muito Forte	Apartidário Burocrata Modernizado especializado	Forte Crescimento económico	Muito Alta	Estabilidade Político e Socioeconómica	Consolidação democrática
Brasil	Autoritarismo civil e partido fraco	Forte	Muito Forte	Apartidário Burocrata Modernizado especializado	Economia forte forte Desigualdade social	Média	Instabilidade político socioeconómica	Baixa qualidade de consolidação democrática

1.3.3. Os casos de Democratização

1.3.3.1. Moçambique

Moçambique foi colônia portuguesa⁵⁴, a FRELIMO surgiu na década de 60⁵⁵, e desencadeou a luta de libertação nacional⁵⁶, a queda do governo português em Abril de 1974, levou a Frelimo e o novo governo português a conversações que resultaram num governo de transição⁵⁷, em Junho de 1975 foi proclamada a independência nacional⁵⁸, em 1977 a Frelimo adoptou o Marxismo-leninismo⁵⁹, introduziu o monopartidarismo, em consequência emergiu a guerra civil, entre o exército e a RENAMO⁶⁰, na década de 90 foram introduzidas reformas económicas e aprovada uma nova CRM.⁶¹, em 1992 foi assinado o AGP que terminou com a guerra civil⁶².

Depois das eleições de 1994, BRAZÃO MAZULA apresentou cenários políticos possíveis que partiam da instabilidade militar até a democracia real, a transição saiu da desestabilização para a cooptação política e “re-patrimonialização”, há um predomínio de discursos de acusações mútuas, a oposição opõe-se ao Governo, na ausência de benefícios mútuos, o Governo usa os media para dismantlar a oposição, esta “radicalização”, tornou a governação incontrolável, culminou

⁵⁴ Cf. OLIVEIRA CABAÇO, J.L. (2007) *Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação*. Tese de Doutoramento. USP. São Paulo., pp.16-433;; SAUL, J.S. The Context: Colonialism and Revolution. In: SAUL, J.S. (ed) (1985) *The Transition to Socialism in Mozambique*. Monthly Review Press. Nova York., pp.35-74

⁵⁵ Vide. BRAGANÇA, A. & DEPELCHIN, J. (1986) *Da Idealização da FRELIMO à compreensão da História de Moçambique*. Estudos Eleitorais. CEA. Número 5/6. Maputo., pp.29-52.

⁵⁶ BRAGANÇA, A & WALLERSTEIN, I (Ed) (1982) *The African Liberation Reader-Documents of the National Liberation Movements*. Vol.2.Zed Press. Londres., pp.2-195.

⁵⁷ Cf. BRAGANÇA, A. (1986) *Independência sem descolonização: A transferência do Poder em Moçambique 1974-1975: Notas sobre os seus antecedentes*. CEA. Número 5/6. Maputo., pp.7-28.

⁵⁸ BRAGANÇA, A. DAVIDSON, B. Independence without Decolonization: Mozambique. In: GIFFORD, P & ROGER LOUIS, W.M. (Ed) (1988) *Decolonization and African Independence- The Transfers of Power, 1960-1980*. Yale University Press. New Haven., 427-444

⁵⁹ Vide. HENRISKEN, T.H. (1978) *Marxism and Mozambique*. African Affairs, n° 309 (77)., pp.441-462; CAHEN, M. (1993) *Check on socialism in Mozambique: what check? What socialism?*” Review of African Political Economy, n° 57., pp.46-59; BRITO, L. (2019) *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*. IESE. Maputo., pp.9-164.

⁶⁰ Cf. VINES, A. (1991) *Renamo from Terrorism to Democracy in Mozambique?*. CSAS. Universidade de York. York., pp.1-164.

⁶¹ Cf. CISTAC, G. & PEQUENINO, B. (2009) *Evolução Constitucional da Pátria Amada*. GDI. CIEDIMA. Maputo., pp.14-30; CARRILHO, J. & DARSAN, H. *O nascer da Segunda República*. in: CARRILHO, J. & NHAMISSITANE, E. (1991) *Alguns aspectos da Constituição*. Departamento de Investigação e Legislação-EDICIL-Ministério da Justiça. Maputo., pp.11-13; MACUANE, J.J. (2000) *Instituições e Democratização no Contexto Africano: multi-partidarismo e organização legislativa em Moçambique (1994-1999)*. Tese de Doutoramento IUPERJ. Rio de Janeiro., pp.8 e ss.

⁶² Vide. ZUPPI, D.M. A comunidade de Santo Egidio no Acordo Geral de Paz. in: MAZULA, B. (Ed.) (1995) *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. CEDE. Maputo; pp.115-122; DELLA ROCCA, R.M. (1998) *Moçambique da Guerra à Paz-História de uma mediação insólita*, trad. MAZULA. B. Livraria Universitária-UEM. Maputo., pp.5-259

na “tensão político militar”, a Frelimo centralizou o poder e cooptou actores e grupos políticos , a reconciliação nacional é condicionada por interesses dos actores políticos, para a assinatura de novo AGP.⁶³

1.3.3.2.Tanzânia

O Estado da Tanzânia foi fundado em 26 de abril de 1964 por Tanganyika e Zanzibar, a TANU era um movimento de libertação com apoio do povo o que permitiu as vitórias nas eleições de 1958/59 e 1960, sob a supervisão do governo colonial britânico, Nyerere foi o 1º Ministro do governo de transição, a resolução da ONU de 21 de Abril de 1961 declarou a independência de Tanganyika a TANU venceu as eleições de 1962 e Tanganyika transformou-se uma república e foi introduzido o monopartidarismo democrático.⁶⁴

Zanzibar teve uma transição violenta para independência, o ASP e ZNP e a ZPPP competiam pelo poder político, o ASP venceu as eleições de 1957, 1961 e 1963, mas em 1964 ASP deu um golpe de Estado e foi criado um conselho revolucionário e decretado o fim das eleições, devido a instabilidade e pressão externa, os líderes Nyerere e Karume uniram os dois países e fundaram a Republica Unida da Tanzânia em 1964, Nyerere foi Presidente e Karume virou vice-presidente e presidiu o Zanzibar, a TANU e ASP, fundiram-se no CCM, o monopartidarismo democrático foi aplicado em Zanzibar, o CCM tornou-se a quarta autoridade constitucional, superior ao governo e ao parlamento, o sistema de eleições de partido único garantiu a “*circulação de elites*”, a oportunidade de escolher localmente o candidato, mas a onda de Democracia que “varreu” África na década de 90, forçou a reintrodução do multipartidarismo em 1992 com treze partidos elegíveis nas primeiras eleições multipartidárias, os novos partidos tinham capacidades limitadas eram incapazes perante a superioridade do CCM fruto de três décadas de governo único e uma rede instalada na sociedade e instituições, o CCM venceu as eleições fundadoras de 1995.⁶⁵

⁶³ OSTHEIMER, A. & LALÁ, A. (2003) *Como limpar as nodoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990-2003)*. KAS. Maputo. pp. 60 e ss; Cf. MAZULA, B. As eleições moçambicanas: uma trajetória da paz e da democracia.in: MAZULA, B. (Ed.) (1995) *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. CEDE. Maputo pp.25-77; MAZULA, B. (2000) *A construção da Democracia em África: O caso moçambicano*. Sociedade Editorial Ndjira.Maputo.,pp.14-63.

⁶⁴.RESNICK,I.N.(1981)*The Long Transition-Building Socialism in Tanzania*.Monthly Review Press.Londres.,pp.13-273; TORDOFF, W. (1967) *Tanzania: Democracy and the One-Party State*. Government and Opposition. Vol. 2. N.º 4. Julho-Outubro., pp.599-614.

⁶⁵ FENGLER, W. (1999) *Ibidem.*, op., cit., pp.872-873. Vide.; BJERK, P. K. (2010) *Sovereignty and Socialism in Tanzania: The Historiography of an African State*. History in Africa. Vol.37; pp.275-319.

1.3.3.3. África do Sul

Depois da guerra Anglo-Bôer (1899-1902)⁶⁶, as repúblicas Bôeres do Transvaal e Orange Free fundiram-se na União da África do Sul em 1910, o poder foi investido no 1º-Ministro, em 1961, virou uma República, o “apartheid” é posterior a 1948, foi um sistema “perfeito” na visão da minoria branca e foi ampliado nos governos do NP, a população foi era classificada pelas raças.⁶⁷

A segregação geográfica veio pelo acto legislativo de “área de grupo” em 1950 e foi apoiada por medidas de supressão de direitos políticos africanos e levou ao banimento de organizações africanas em 1960, diante do domínio do nacionalismo africâner e sentimento anti-Britânico, a oposição aos governos do SAP de Louis Botha (1915-1919) e Jan Smuts (1919-1924) era feita pelo NP de James Hertzog, com o “Pacto de Governo” (1924-1932), Hertzog de 1932 a 1943 governou com apoio da SAP, o falhanço de Hertzog em manter a neutralidade na IIGM, fez vice-1º-Ministro Smuts criar uma coalização governamental entre 1939-1948, sob os governo de (Johannes Strijdom 1954-1958; Hendrik Verwoerd 1958-1966; Balthazar Vorster 1966-1978; Pieter W. Botha 1978-1989 e Frederik de Klerk 1989-1994), o NP manteve o poder até 1994, mas a queda do apartheid deu-se com as tentativas de mudança interna e pressão da CI, e a oposição era liderada pelo ANC.⁶⁸

O período de transição (1989-1994) deu-se com de Klerk, as reformas levaram ao multipartidarismo e a libertação de presos políticos, como Nelson Mandela em 1990, a “revolução” foi negociada pela hegemonia bilateral NP/ANC, acompanhada por aumento da violência, uma constituição foi acordada em Dezembro de 1993, que favoreceu o ANC, a fase final da transição (1993-1994) foi controlada pela CTE, todos os actores políticos participaram nas eleições de 1994 monitoradas por observadores internacionais, a constituição final foi passada pela AC de 1996 e validada pelo TC.⁶⁹

⁶⁶ Cf. CONAN DOYLE, A. (1902) *The War in South Africa-Its Cause and Conduct*. Smith, Elder & Co. Londres., pp.9-150; SAUNDERS, C. *Historians & Apartheid*. In: LONSDALE, J. (ed) (1988) *South Africa in Question*. University of Cambridge. Cambridge; pp.13-33

⁶⁷ ENGEL, U. South Africa.in: NOHLEN, D., et., al. (Ed.) (1999) *Elections in Africa- a Data Handbook*. Oxford University Press.Oxford.,p.817.

⁶⁸ ENGEL, U. (1999) *Ibidem*, op., cit., pp.818-819. Cf. .

⁶⁹ ENGEL, U. (1999) *Idem*, op., cit., p.820. Vide. NOLUTSHUNGU, S. C. *South Africa and the Transfers of Power in Africa*.In: In: GIFFORD, P & ROGER LOUIS, W.M. (Ed) *Decolonization and African Independence- The Transfers of Power,1960-1980*.Yale University Press.New Haven. pp.477-504.

1.3.3.4. Portugal

Em 1926 os militares deram um golpe de Estado e optaram pela ditadura, em 1929 Antônio Salazar virou uma figura chave do governo, foi aprovada a CRP de 1933 e o Estado Novo, o regime fascista de Salazar tinha suporte de ideólogos, polícia política, Igreja Católica, a oligarquia, e impedia a mudança social e econômica, a ditadura era dependente de Salazar mesmo no seu declínio, o ditador morreu em 1970, foi sucedido por Marcelo Caetano até 1974 com o golpe de Estado do MFA, conhecido como “Revolução dos Cravos”⁷⁰, a guerra colonial foi determinante para a Democratização implicou a mobilização de actores políticos⁷¹, o MFA marcou a natureza da transição, por outro lado, a crise do Estado, a pressão anticapitalista e a ilegitimidade, neste contexto deu-se a transição democrática e descolonização portuguesa⁷², 1974, agravada pela lei 7/74.⁷³

O MFA teve um papel decisivo no período pré-constitucional⁷⁴, a descolonização estava na agenda política dos partidos políticos e primeiros governos provisórios, Mário Soares e delegados, tinham conversações com os movimentos de libertação⁷⁵, em 1976 as eleições fundadoras elegeram como 1º Ministro Mário Soares do PS e como Ramalho Eanes.⁷⁶

1.3.3.5. Brasil

O Brasil foi colônia portuguesa⁷⁷, em 1822 Dom Pedro IV declarou a independência do Brasil⁷⁸, o imperador Pedro I enfrentou o descontentamento e oposição da câmara dos representantes devido a centralização administrativa do monarca⁷⁹, que abdicou em 1831, em favor do infante

⁷⁰ GRUGEL, J. (2002) *Democratization: a critical introduction*. Palgrave. New York., pp.140-142; Vide. RODRIGUES, M. U. (1975) *Da Resistência á Revolução (1963-1975)*. Edições. Avante. Lisboa., pp.13-219.

⁷¹ Cf. BETHENCOURT, F & CHAUDHURY, K (Dir.) (1999) *História da Expansão Portuguesa*. Círculo de Leitores. Lisboa., pp.65-98

⁷² Vide. MATTOSO, J. (Dir.) (1994) *História de Portugal*. Círculo de Leitores. Lisboa., p.55

⁷³ COSTA PINTO, A. (2001) *O fim do império português*. Livros Horizonte. Lisboa., p.656

⁷⁴ MATTOSO, J. (1994). *Ibidem*, op, cit., p.54

⁷⁵ COSTA PINTO, A. (2001). *Ibidem*, op, cit., p.66; FERREIRA, J.M. Após o 25 de Abril.In: TORGAL, L. R. O Estado Novo, Fascismo, Salazarismo e Europa.In: TENGARRINHA, J.(Org) (2000) *História de Portugal*.EDUSC/UNESP.São Paulo.,pp.339-368

⁷⁶Vide. COSTA LOBO, M., et., al. (2017) *The Making and Remaking of Portuguese Democracy: An Overview*. Conference Paper. Fevereiro, pp.1-42.

⁷⁷ Cf. JOHNSON, H.B. Portuguese Settlement, 1500-1580.in: BETHELL, L. (ed.) (1984) *Colonial Brazil*. Cambridge University Press. Londres., pp.1-38.

⁷⁸ MAURO, F. Political and economic structures of empire, 1580-1750.in: BETHELL, L. (ed.) (1984) *Colonial Brazil*. Cambridge University Press. Londres., pp.39-66.

⁷⁹ SILVA, A.M-D. Imperial re-organization, 1750-1808.in: BETHELL, L. (ed.) (1984) *Colonial Brazil*. Cambridge University Press. Londres., pp.244-283

Pedro II que assumiu em 1840 o trono e implementou mudanças políticas, sociais e econômicas e reinou até 1889 quando sofreu um golpe de Estado dos militares, o Marechal Deodoro Fonseca foi presidente, entre 1889 e 1939 floresceu a “velha república”⁸⁰, a fase política seguinte foi a “República de Transição”⁸¹, dividida em - (1) o governo provisório de 1930 a 1934, marcado por modernização e centralização do poder do Estado, (2) 1934 a 1937, banimento de partidos e cancelamento de eleições e instituição do Estado Novo, (3) 1937 a 1945, o presidente governou por decreto e procedeu a nacionalizações.⁸²

A fase seguinte foi a “República de 1946”, o PSD-PTB nas eleições o PSD-PTB triunfou com Dutra em 1945, Vargas em 1950, Juscelino Kubitschek em 1956, com a UDN, Jânio Quadros venceu em 1960, mas abdicou do poder por pressão dos militares e foi sucedido por João Goulart, a fase da “República Militar”, iniciou com o governo do General Humberto Castello Branco, marcado por alterações na Constituição, legislação eleitoral, em 1967 o General Arthur da Costa Silva foi presidente, com uma nova constituição, governou por decreto, o congresso teve um papel decorativo e gerou a crise de 1969, seguiu-se o General Emilio G. Médici cujo o governo era popular e repressivo, mas no governo do General Ernesto Geisel, deu-se a liberalização e a redemocratização “lenta”, o seu sucessor o General João Figueiredo promulgou a amnistia e a liberdade de imprensa restabeleceu o habeas corpus as eleições municipais directas directas em 1982, mas a crise econômica, inflação, foi gerada uma campanha nacional por eleições gerais directas, em 1985 Tancredo Neves foi candidato presidencial e derrotou Paulo Maluf o candidato governamental, mas Tancredo Neves morreu e o vice-presidente José Sarney assumiu o poder, buscou a transferência do poder para um civil⁸³, as eleições de 1989, colocaram Fernando Collor de Mello contra Lula da Silva, Collor de Mello venceu as eleições, mas em 1992 demitiu-se⁸⁴, foi sucedido pelo vice-presidente Itamar Franco, em 1994 o ex-ministro Fernando Henrique Cardoso venceu as eleições presidenciais.⁸⁵

⁸⁰ Cf. MEADE, T. A. (2004) *A brief History of Brazil*. Checkmark Books. New York., pp.119-140

⁸¹ MEADE, T. A. (2004) *Ibidem*, op, cit., pp.141-164

⁸² ROETT, R. (1999) *Brazil: Politics in a Patrimonial Society*. PRAEGER Pub. Londres., pp.1-10.

⁸³ Cf. MAINWARING, S. (1999) *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford University Press. Stanford., pp.3-344

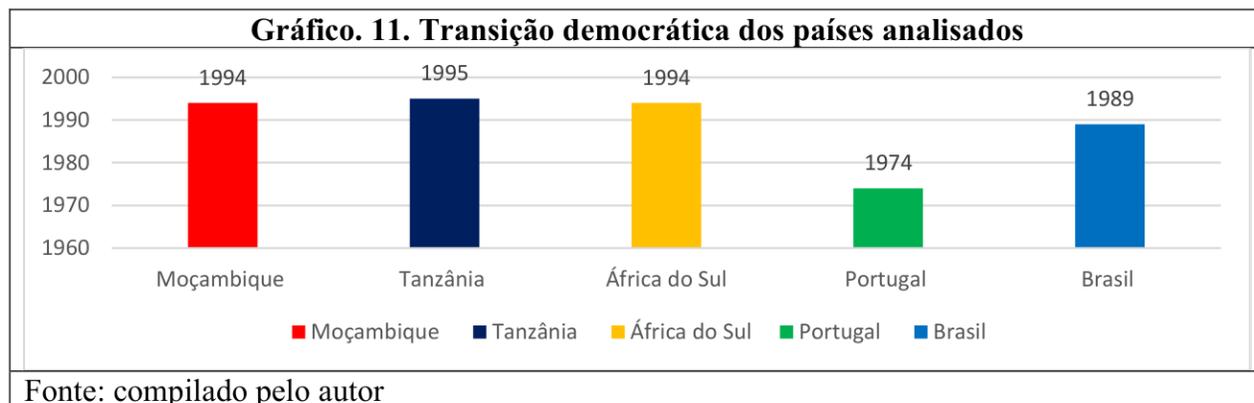
⁸⁴ WEYLAND, K. (1993) *The Rise and Fall of President Collor and Its Impact on Brazilian Democracy*. Journal of Interamerican Studies and World Affairs. Vol.35, N.º 1, pp.1-37.

⁸⁵ ROETT, R. (1999) *Ibidem*, op, cit., pp.11-14; Cf. MCCANN, B. (2008) *The Throes of Democracy: Brazil since 1989*. Zed Books. Londres., pp.11-49.

Fernando Henrique Cardoso reelegeu-se em 1998, o seu governo não realizou o manifesto político do presidente⁸⁶, em 2002 Lula da Silva foi eleito presidente, e governou sob austeridade, em 2005 apesar dos escândalos de corrupção que assolaram o PT, Lula da Silva venceu as eleições reelegendo-se, foi sucedido por Dilma Rousseff do PT.⁸⁷

1.3.4. Os casos de Democratização comparados

Os países em análise são da terceira vaga de Democratização, como demonstra o gráfico 11 e apresentam diferenças significativas em cada processo de transição democrática.



Moçambique atingiu a independência pela luta armada e negociações entre a Frelimo e o Estado português, depois da independência enfrentou uma guerra civil entre o exército governamental a Renamo, a transição democrática teve um impulso com a CRM de 1990, cujo o quadro jurídico constitucional limitou conversações entre o governo e a Renamo, mediadas pela CI e a Igreja Católica e terminaram com a assinatura do AGP, que impactou a ordem jurídica interna porque foi o início do processo de liberalização política social e econômica, controlada pelo partido governamental, realização das eleições fundadoras em 1994 não teve lugar uma efetiva democratização do regime, mas apenas uma distensão das características autoritárias do regime.

A Tanzânia não teve conflitos internos, mas adotou o monopartidarismo nos anos 60 mas na década de 90 devido a pressões internas e internacionais e por emendas constitucionais em 1992 o multipartidarismo foi adoptado, em 1995 realizaram-se as eleições fundadoras, vencidas pelo CCM. O regime perdeu algumas características autoritárias o CCM manteve sua hegemonia polí-

⁸⁶ COUTO, G.C, & ABRUCIO, F. (2003) *O segundo governo FHC: Coalizações, agendas e instituições*. Tempo Social. USP. Novembro., p.283.

⁸⁷ FORTES, A.& FRENCH, J. (2012) A “era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP. Junho. V.24. n.º 1.; p.202.

tica e venceu todas as eleições realizadas, na Tanzânia tivemos uma transição democrática, mas sem alternância de poder e sem uma oposição forte para opor-se a hegemonia do CCM.

A África do sul não sofreu um golpe de Estado e não teve uma guerra civil, no fim dos anos 80 enfrentava dificuldades na manutenção da ordem pública. As pressões da CI, das OSC e da oposição africana, determinaram mudanças efectivas, no governo do NP que procedeu a abertura para conversações com o ANC, o que resultou na adopção de uma constituição provisória em 1993 e nas eleições fundadoras em 1994, legitimaram a dominância do ANC no poder legislativo e executivo, sob o governo de Nelson Mandela foi aprovada uma nova constituição que permitiu o desmantelamento efectivo do apartheid.

Portugal tem a sua transição democrática iniciada pelo golpe de Estado do MFA, neste período foi marcado por um confronto de partidos de esquerda, centro e direita, ficou conhecido como PREC, e fragmentou o MFA em grupos com posições e ideologias políticas distintas que eram opostas em relação ao processo democrático e assuntos públicos, dentre estes grupos foi o *grupo dos nove* que prevaleceu sobre os demais e conduziu o processo de democratização que possibilitou as eleições fundadoras em 1976 e a aprovação de uma nova constituição democrática.

No Brasil o colapso da ditadura foi resultado do seu desgaste, o campo político brasileiro era marcado por repressão política, o processo de transição teve início com uma distensão do regime político e a introdução de mudanças como eleições directas e o multipartidarismo, o que retirou do regime dos militares parte das características repressivas e autoritárias, o processo de transição democrática foi marcado em primeiro pelos momentos finais da Guerra Fria, a perda de poder por parte dos militares, mas sobretudo pela mobilização pública da comunidade política que saiu às ruas para exigir eleições directas para a presidência e a adopção de uma constituição democrática.

Os partidos políticos de esquerda e centro direita tornaram-se expressões das diferenças ideológicas e representantes de todos os círculos sociais da comunidade política brasileira de maioria católica tendencialmente alinhada com a direita, ficou patente nas eleições fundadoras o embate ideológico entre o candidato de direita progressista Collor de Melo e Lula da Silva da esquerda, estas eleições permitiram o estabelecimento de uma Democracia efectiva e viável.

Tabela.42. Transições para Democracia

Estados	Factores Explicativos	Diferenças	Resultados
Moçambique	Centralização do poder Estatal; Guerra Civil (1977-1994) Crise econômica; nova Constituição da República. Acordo Geral de Paz com apoio da Igreja Católica mediadores;	Guerra Civil e crise económica	Liberalização
Tanzânia	Introdução do multipartidarismo; pressão de forças externas e internas (partidos políticos Sociedade Civil); Efeito “bola de nova” da Democratização nos anos 90.	Pressão externa Transições democráticas dos anos 90	Transição Democrática
África do Sul	Pressão externa e interna (partidos políticos); Mobilização Popular e Negociações internas entre as forças políticas	Ingovernabilidade e Conflitualidade das forças políticas	Transição Democrática
Portugal	Guerra colonial e Descolonização; Golpe de Estado militar seguido de Mobilização Popular; liberalização falhada.	Guerra Colonial e Golpe de Estado	Transição Democrática
Brasil	Mobilização Social; Liberalização Política; crise econômica, controlo prolongado dos militares do processo de liberalização	Crise econômica, Inflação greves, mobilização popular	Transição Democrática

1.4. A Cultura Política

A cultura política está associada à democracia e tem influência inibidora ou promotor de concorrência e participação, a cultura política positiva manifesta-se na tolerância mútua dos actores e na vontade de assumir compromissos, na capacidade dos partidos e formação de coligações e aceitação dos resultados eleitorais, os elementos (corrupção, o racismo, o “favorecimento”, etnicidade politizada, etc) integram uma cultura política que dá impacto negativo a democratização, em regra, a sobrevivência de regimes democráticos depende da elite e comunidade política, e do contrato social.⁸⁸

As atitudes e ideologias políticas moldam a mudança política, a ideia da liberdade e igualdade, para os grupos, pode criar conflito competição e cooperação, permitindo a compreensão como as diferenças societárias moldam a realidade política, são explicadas pelo desenvolvimento económico, o poder de elites para disseminar e impor valores políticos, a sociedade é uma colecção complexa de pessoas ligados por instituições, a cultura política compreende instituições que definem a sociedade, a cultura política é um “mapa” social, que diz a comunidade política o que é, e o que não é aceitável, e providencia linhas gerais para organização da vida política, e gravita na etnicidade, a identidade nacional, a cidadania, nas atitudes políticas, ideologias, unidade.⁸⁹

A etnicidade, o nacionalismo, a cidadania, são a definição de qual grupo, os indivíduos pertencem, a cultura é a atividade que o grupo considera apropriada e normal para os membros, a cultura política, refere-se especificamente a normas básicas para a atividade política, a sociedade partilha um conjunto de visões políticas que são de alguma forma distintas de outros países, as visões políticas fundamentais da sociedade e valores são moldados por instituições culturais, desta modo, as ideologias e as atitudes repousam na fundação da cultura política que oferta um significado dos debates políticos e define o que é racional, a cultura política, assim como a cultura em geral, é objecto de mudança a todo tempo, e em parte porque as sociedade modernizam-se, democratizam-se e interagem como resultado da inovação tecnológica, económica, a globalização, e as culturas crescem perto e juntas, trocando ideias, valores, hábitos, preferencias, eventualmente levando a uma fusão de culturas.⁹⁰

⁸⁸ OSTHEIMER, A. & LALÁ, A. (2003) *ibidem*, op, cit., p.41; cf. LIPSET, S. M. (1960) *ibidem*, op, cit., p.64

⁸⁹ O'NEIL, P. H. (2004) *Ibidem* op, cit., pp.71-72

⁹⁰ *Idem*, op., cit.pp.73-74.

1.4.1. Casos comparados de Cultura Política

A cultura política em Moçambique surgiu da destruição de unidades político militares pelo colonialismo, em oposição emergiu o proto-nacionalismo, que permitiu a criação da Frelimo que defendia a independência e unidade nacional, como soluções disseminadas ao povo por discurso, escritos e acções.⁹¹

A independência de Moçambique implicou mudanças, como o socialismo, as políticas adoptadas, tiveram resistência junto do campesinato⁹², e sectores urbanos⁹³, resultando na criação e apoio da Renamo⁹⁴ e na guerra civil.

Existe um legado comum aos actores e grupos, a Frelimo tem a legitimidade de ser o movimento libertário que expulsou o colonialismo e fundou o Estado, o que permitiu a formação de uma base militante enraizada na estrutura do Estado e uma elite política que controla o sector económico, estes actores tem noção e compreendem que sem a Frelimo, não há acesso aos benefícios, capital, qualidade de vida, a vitória da Frelimo nas eleições, não é um esforço de natureza política, mas um cálculo racional, a meta, é a não alteração do status quo, e todos os meios valem para a manutenção do poder, a Renamo é um adversário a ser combatido e tem o seu espaço de acção política restringido ao máximo nas arenas de luta pelo poder, resultando em conflitos e violência, a doutrinação dos membros da Frelimo visa a defesa do partido em qualquer arena e o combate cerrado a oposição.⁹⁵

Após o AGP a Renamo tornou-se um partido político, com objetivo de suceder a Frelimo no poder, em certos casos, a Renamo na AR alinhou com a Frelimo, a Renamo não tem um projecto político coerente e abrangente para ser opção viável para o eleitorado, em contraposição com a agenda política governamental condicionada a “continuidade e o mesmo ideal”, ao combate da “pobreza”, a Renamo foi condicionada ao discurso moderado ou inflamado (de retorno a confli-

⁹¹ MONDLANE, E. *Unamo-nos sob a bandeira multicolor da Frelimo*. Revista Tempo n.º 956, 5 Fevereiro. 1989, p.28; Cf. MACHEL, S.M. *O povo é capaz de ultrapassar qualquer dificuldade*. In: revista Tempo. N.º 223, 5. Janeiro. 1975; pp.8-9

⁹² Vide. MOSCA, J. (2011) *Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*. Escolar Editora. Maputo; pp.11-442

⁹³ QUEMBO, C.D. (2015) *O Poder do Poder: Operação Produção e a invenção dos «improdutivos» urbanos no Moçambique Socialista, 1983-1988*. Alcance Editores. Coleção Teses. Maputo; pp.13-94

⁹⁴ GEFFRAY, C. (1991) *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Trad. FERREIRA, A.O. Edições Afrontamento. Porto., pp.9-107

⁹⁵ Cf. ROSARIO, D. Descentralização em contexto de partido “Dominante”: o caso do município de Nacala-Porto. in: BRITO, L. et, al (Org.) (2011) *Desafios para Moçambique*. IESE. Maputo., pp.55-90.

tos), com as vitórias nas eleições autárquicas, a Renamo teve obstáculos na governação, como a tentação em reproduzir o processo de acumulação de capital da Frelimo, a deficiente canalização de fundos às autarquias.⁹⁶

A Renamo não desmilitarizou a sua hierarquia intrapartidária, duas vertentes a nível interno surgiram a “Renamo da cidade e a do mato”, a primeira integra a direção e demais órgãos nos centros urbanos, e ocupam cargos públicos ao nível dos órgãos centrais, provinciais e locais, a segunda representa o efectivo de militares que foram o braço militar da Renamo, posteriormente com a cisão foi criada a junta militar.⁹⁷

A hierarquia da Renamo, contribuiu para a criação do PDD e o MDM, por ter expulsado, Raul Domingos e Daviz Simango⁺, que eram potenciais sucessores de Afonso Dhlakama⁺, o PDD não conseguiu afirmação, consolidou-se como mais um partido extraparlamentar, o MDM venceu algumas autarquias e rompeu com o bipartidarismo da Frelimo e Renamo na AR, e legitimou-se como o partido que não usou da força militar para chegar ao poder.⁹⁸

Moçambique não tem uma cultura política consentânea com a democracia e o Estado de Direito, tem uma cultura política “partidária”, fragmentada reflexo de alinhamentos político partidários e étnicos⁹⁹, existe não um, mas vários legados, os partidos (Frelimo, Renamo, MDM) empregues para legitimação de posições que ocupam no campo político, a Frelimo evoca a independência e o desenvolvimento, a Renamo é o partido que trouxe a democracia e as liberdades políticas e civis, o MDM o partido da juventude e sem o legado dos conflitos armados.

Os partidos com ou sem representação parlamentar apresentam soluções para os desafios e problemas de Moçambique, mas somente as soluções do partido governamental prevalecem. O analfabetismo, a redução dos espaços de participação política, a limitação do exercício de liber-

⁹⁶ Vide. NYLEN, W.R. (2014) *O orçamento participativo num regime autoritário competitivo: um estudo de caso (Maputo, Moçambique)*. Cadernos IESE N.º 13P/2014; pp.1-89.

⁹⁷ THOMASHAUSEN, A. Democracia moçambicana antes e depois de Afonso Dhlakama. In: ROSARIO, D. et., al (org.) (2020) *Democracia Multipartidária em Moçambique*. Eisa.Maputo.,pp.211-230. Vide VINES, A. Afonso Dhlakama and Renamo’s return to armed conflict since 2013: the politics of reintegration in Mozambique. in: THEMNER, A. (ed) (2017) *Warlords Democrats in Africa: Ex-military leaders and electoral politics*. Zed Books. Londres., pp.121-155

⁹⁸ VINES, A. Violence, Peacebuilding, and Elite bargains in Mozambique since Independence. In: MCNAMEE, T. & MUYANGWA, M (Ed.) (2021) *The State of Peacebuilding in Africa: Lessons Learned for Policymakers and Practitioners*. Palgrave Macmillan. Washington., pp.321-342

⁹⁹ BRITO, L. (1993) *Estado e democracia multipartidária em Moçambique*. Estudos Moçambicanos nº.13, Maio., pp.15-26; Cf. LUNDIN, I. Partidos Políticos: A leitura da vertente étnico-regional no processo democrático. In: MAZULA, B.(ed.) (1995) *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo., pp.423-471

dades políticas e civis, a violação de direitos humanos, condiciona a comunidade política na avaliação da prestação do governo, economia, o projecto político nacional, o bem comum.

O processo de transmissão de valores, crenças aos novos membros pela sociedade é feito nas instituições políticas, sociais e económicas (residência da família, local de trabalho, espaços de lazer, partidos políticos entre outros), pelos meios de comunicação do Estado e privados da elite partidária e empresarial.¹⁰⁰

Na Tanzânia com a governação de Nyerere foi implementado o monopartidarismo, o descarte do multipartidarismo, deveu-se aos resultados das eleições de 1960 e 61, onde a TANU, venceu as legislativas, e a união do território nacional e a criação do CCM, em 1967, pela declaração de Arusha a Tanzânia adoptou o socialismo, as eleições entre 1965 a 1990, foram a nível intrapartidário entre os membros do CCM, o processo de participação política era feito nas áreas residenciais e locais de trabalho.¹⁰¹

O CCM foi o único partido materializou o bem-estar da sociedade tanzaniana, no campo político predomina uma cultura política de fundo monopartidário em contexto democrático e de multipartidarismo, os partidos da oposição têm a actuação limitada ao mínimo, o CCM é dominante e hegemónico e tem a legitimidade do legado da independência, da democracia intrapartidária e multipartidária, para além de incorporar o legado, os discursos e as realizações, o populismo de líderes e ex-presidentes (Julius Nyerere⁺, Ali H. Mwinyi, Benjamim Mkapa⁺, Jakaya Kikwete, John Magufuli⁺).

A declaração de Arusha e permitiu o CCM a implementação do socialismo, a mobilização da comunidade política, com objectivo de tornar a Tanzânia num país auto-suficiente e integrado em termos tribais e culturais, para tal empregaram, a doutrinação ideológica no socialismo, a criação de “subculturas” como as aldeias Ujamaa, a liga juvenil, as células, envolvimento dos

¹⁰⁰ Cf. Frelimo. (2010) Manual da Célula. Ed. Departamento de Mobilização e Propaganda.,pp.8-31;Artigos 12 e seguintes dos Estatutos da Renamo. Artigos 13 e seguintes dos Estatutos do MDM. Maputo; Vide. CHICHAVA, S. & POHLMANN, J. uma breve análise da imprensa moçambicana. in: BRITO, L., et, al (org.) *Desafios para Moçambique 2010*.IESE. Maputo., pp.127-138

¹⁰¹ KALILE, J.S. (2021) *Reflexões sobre migração partidária dos políticos na Tanzânia (2015-2020)*. Universidade Eduardo Mondlane-Faculdade Letras e Ciências Sociais. Trabalho final de Curso. Maputo., pp. 31-32; Cf. EWALD, J. (2011) *Challenges for democratisation process in Tanzania: Moving towards consolidation 50 years after independence?* University of Gothenburg. School of Global Studies. Phd Thesis. Gothenburg., p.83.

cidadãos nas actividades políticas e na organização partidária, educação política nos sistemas escolares, a adopção do Swahili como a língua nacional, uso dos meios de comunicação.¹⁰²

No período do Partido-Estado, a mobilização política com base na etnicidade e na religião eram um tabu, mas a entrada no período da liberalização económica e multipartidarismo demonstrou que o CCM reinventou-se politicamente como o “guardião” da unidade nacional, com um discurso patriótico, desenvolvimentista e de apelo ao engajamento, com os seus candidatos granjeando de apoio dos líderes religiosos e crentes de religiões de massas, em contraposição em discurso, com a oposição política acusada de tribalismo e preconceito religioso.¹⁰³

O campo político sul-africano, caracteriza-se por ser propenso a tensões e conflitos, entre os diferentes actores políticos, claro exemplo, reside, nos conflitos militares étnicos entre as unidades políticas militares, posteriormente entre as unidades político militares e as forças colonizadoras, inglesas e bôeres, e depois entre os colonizadores, o que resultou no domínio britânico colonial entre 1795 a 1910, mesmo com a derrota na guerra anglo-bôer, os africâneres despontaram como um grupo social que simbolizava riqueza e adaptação a realidade sul-africana o que fomentou um “nacionalismo africâner” como forma de exemplificar a superioridade e triunfo sobre os nativos africanos incivilizados, esta ideologia de superioridade influenciou a aprovação e implementação de leis e políticas discriminatórias, esta ideologia de superioridade racial, cristalizou-se e consolidou-se como um regime de segregação racial entre 1948 a 1994, a sociedade era estratificada em três raças, com direitos e limitações.¹⁰⁴

A cultura política estava cindida em um legado político fragmentado, onde a minoria branca auto outorgava-se direitos civis e políticos e eram o único grupo com uma visão de desenvolvimento do Estado e da sociedade cujo legado era a prosperidade económica, do lado oposto a maioria negra encontrava-se organizada em instituições partidárias buscava o desmantelamento do apartheid institucionalizado no Estado e a sociedade sul-africana, o legado era a resistência e luta contra apartheid.

¹⁰² BOTHOMANI, I.B. (1983) *Political Socialisation in Tanzania*. Africa Insight.Vol.13.N.º 3. pp.112-116.Vide. CONNELL, J. (1972). “*Ujamaa Villages: institutional change in rural Tanzania*”. Journal of Administration Overseas.Vol.11. Outubro., pp.273-283;

¹⁰³ LAURENTIUS GAHNSTRÖM, C, S. (2012) *Ethnicity, Religion and Politics in Tanzania: the 2010 General Elections and Mwanza Region*. Universidade de Helsinki-Faculty of Social Sciences. Master’s thesis., pp.18-165;

¹⁰⁴ KINSELL, A. (2009) *Post-apartheid Political Culture in South Africa, 1994-2004*.Univerity of Central Florida. Stars. Thesis., pp.17-35

No período de desmantelamento do apartheid, o ANC surgiu como um dos actores políticos mais relevantes no processo político sul-africano de transferência de poderes, o que marginalizou os demais actores políticos, o que consolidou o papel do ANC como um actor político dominante e hegemônico, toda a narrativa posterior a 1994, versou sobre o ANC beneficiando do legado de combate ao apartheid, para manter-se no poder, em contraposição a AD que surgiu como um partido herdeiro dos partidos defensores dos ideais das minorias brancas, mas que teve de romper com certo conjunto de ideias para cristalizar-se como um partido aglutinador, integrador, multi-racial e uma opção política viável.

O ANC apesar da dominância e hegemonia no campo político, não conseguiu partidizar o Estado sul-africano¹⁰⁵, primeiro porque o Estado fez das regras jurídicas, a formalidade e impessoalidade a base do seu funcionamento e procedeu a dominação legal por meio da burocracia, auxiliada por um conjunto institucional heterocéfalo apartidário (tribunais, polícia e exército). Em relação ao processo de socialização e participação estes efectuam-se dentro das residências e nos principais partidos fazendo uso das ferramentas de mobilização como as ligas juvenis, ligas femininas e associação de antigos combatentes.

A comunidade política em relação ao processo de conhecimento e avaliação da realidade política, parte dos aspectos raciais, étnicos, a proveniência partidária, a situação económica particular e colectiva.¹⁰⁶

O grande dano do apartheid causado a comunidade política, foi no período pós-apartheid com a transferência inconsciente do sentido de conflitualidade e violência, para a consciência colectiva da maioria negra, o inimigo não é o homem branco ou de origem indo-asiática, mas sim é o imigrante negro de países da SADC e CEDAO, a xenofobia virou uma resposta da comunidade política para os problemas políticos, sociais e económicos (a pobreza, desemprego, marginalização, imigração ilegal, analfabetismo, etc).¹⁰⁷

Em Portugal o golpe militar de 25 de Abril de 1974 abriu na Europa do Sul a terceira vaga de Democratização, sem os constrangimentos internacionais pro-democratizadores e em plena Guerra Fria, a ruptura provocada pelo MFA deu lugar a uma crise do Estado, potenciada pela a

¹⁰⁵ KINSELL, A. (2009), *ibidem. op, cit.*, pp.65-70

¹⁰⁶ FINTEL, M.& OTT, G. (2017) *Political Culture and Participation in South Africa: the role of socio-economic factors*. Taiwan Journal of Democracy. Vol.13, N.º 1., pp.77-99

¹⁰⁷ CLAASSEN, C. (2017) *Explaining South African Xenophobia*.

democratização e a descolonização do último império colonial europeu, o MFA teve uma intervenção democratizante, o regime autoritário de Salazar desde 1961, enfrentava a guerra colonial em três frentes (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau), tornou os militares actores políticos.¹⁰⁸

O MFA foi dirigido por militares cujo maior legado foi o derrube do regime autoritário e a condução do Estado português rumo a efectiva democratização e consolidação democrática, nesse sentido enfrentou desafios a nível interno do MFA e no campo político português, primeiro com a tentativa de golpe do General Spínola e forças políticas de direita que foi frustrado pelo contragolpe do MFA e forças políticas de esquerda, a demissão do General Spínola, permitiu a Costa Gomes ocupar o cargo de PR e exerceu papel de conciliador das forças políticas mas o MFA foi determinante porque ao respeitar as eleições permitiu a abertura de uma legitimidade fundadora do regime democrático e a realização em 25 de Abril de 1975 de eleições.¹⁰⁹

No campo político português, na luta pelo poder sobressaem o PS de esquerda e o PSD de direita, estes dois partidos tem sido governo ao longo das legislaturas, o PSD e o PS surgem como os provedores de programas políticos e soluções de crises que são sufragados pelo eleitorado português.¹¹⁰

O Estado português é laico e não foi capturado pelo PSD e muito menos pelo PS, o funcionamento do Estado obedece a disciplina de serviço, as regras jurídicas, os partidos políticos (braços juvenis e feminino) tem actuado mesmo fora do período de campanha eleitoral, promovendo a participação e mobilização da comunidade política, as OSC e as OS tem um impacto considerável constituindo o espaço de manifestação e exercício dos direitos políticos e civis, a comunicação social exerce um papel importante na informação e na educação cívica e política da comunidade política, similar papel também está reservado as instituições do sistema escolar que priorizam a educação para o exercício da cidadania e dos direitos.¹¹¹

¹⁰⁸ FREIRE, A & PINTO, A. C. (2010) *O poder presidencial em Portugal*. Publicações Dom Quixote. 2ª edição. Alfragide..p.42

¹⁰⁹ Ibidem, op, cit., pp.43-45.

¹¹⁰ MAGALHÃES, P.C. Elections, Parties, and Policy-Making Institutions in Democratic Portugal. In: COSTA PINTO, A. (Ed.) (2011) *Contemporary Portugal -Politics, Society and Culture*. Columbia University Press. Nova York, p.234

¹¹¹ RODRIGUES, C. (2015) participation and the quality of Democracy in Portugal. *Revista Critica de Ciências Sociais*. 1-08. Dezembro., pp.75-94.

O Brasil teve um regime ditatorial militar que durou 25 anos, de 1964 a 1989 e transformou os militares em actores políticos, como um movimento institucional interventivo, isto é, o aparelho militar, assumiu controlo do governo, do Estado e das instituições, o desgaste do regime, fez a facção militar no poder em 1974 implementar a liberalização, mas sem democratização, mas este relaxamento dos controles políticos impostos a comunidade política e a reabilitação de direitos, foi maior no governo de Jose Sarney (1985-1990) e a transição democrática tornou-se inadiável, em parte pelas reformas implementadas, a acção dos sindicatos, os movimentos sociais, o sector privado, e as mobilizações populares para a campanha por eleições directas para PR.¹¹²

A CFB de 1988 deu liberdade de organização e funcionamento aos partidos políticos porque são agentes fomentadores e consolidam a Democracia, o multipartidarismo impera no campo político brasileiro, os partidos políticos tem alinhamento ideológico de direita, o centro e a esquerda, tem partidos que emularam ou tem na gênese caracteres de a movimentos sociais, no cenário político ao nível do executivo e legislativo surgem como os maiores partidos o PT, PSL e PMDB, que tem seus programas políticos votados permitindo formar ou integrar governos e obter representação considerável junto das instituições legislativas.¹¹³

O voto no Brasil é obrigatório para eleitores alfabetizados e é facultativo para pessoas analfabetas o que permitem uma participação considerável nas eleições¹¹⁴, o multipartidarismo no Brasil permite que os partidos políticos, sejam a expressão de diversas opiniões de fundo ideológico e de interesses políticos de vários seguimentos da sociedade, para além de a semelhança das OSC e movimentos¹¹⁵, serem os espaços de participação, doutrinação e conscientização, os meios de comunicação e as redes sociais desempenham também um espaço de expressão e de participação política dos brasileiros, o sistema escolar procede a educação cívica e política.¹¹⁶

¹¹² CODATO, A. N. (2005) Uma História Política da Transição Brasileira: da ditadura militar à democracia. Revista de Sociologia Política. Curitiba. 25, pp.83-106.

¹¹³ Cf. FERREIRA, A.F & SANTANA, S, J, (2020) Partidos Políticos Brasileiros: Fomentadores ou empecilhos às práticas políticas. Revista de Direito. Vol.2.nº 2, pp.1-28.

¹¹⁴ CANNAVACCIUOLO, G. (2003) Voto Obrigatório e Democracia. UFPR. Monografia. Curitiba., pp.34-45

¹¹⁵ LÜCHMANN, L.H.H. Impactos democráticos do associativismo: questões teóricas e metodológicas. In: MELO ROMÃO, W., et., al(org) (2014) *Participação política no Brasil: acção colectiva e interfaces socioestatais*. Cultura Académica. São Paulo., pp.25-39

¹¹⁶ ALMEIDA, R.E. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: Algumas reflexões e propostas. In: DAN-TAS, H. (Org) (2016) *Educação Política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios*. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro., pp.15-30

Tabela.43. Cultura Política

Países	Legado	Soluções	Socialização
Moçambique	Legado fragmentado e partidário (cada partido apresenta um legado que legitima sua posição ocupada no campo político).	Soluções dominantes e hegemônicas do partido governamental em detrimento das soluções ofertadas por partidos da oposição e OSC.	Transmissão de sistemas de crenças e valores por penetração no tecido social de todas as espécies de órgãos sociais criadas pelo partido governamental e emprego de células e mobilização por meio de ligas juvenil, feminina e antigos combatentes.
Tanzânia	Apropriação dos legados de independência e Democracia pelo partido governamental.	O CCM é o guardião da unidade nacional, tem um discurso patriótico orientado para o desenvolvimento social e econômico.	Integração em ligas juvenis, feminina, antigos combatentes, criação de células. Emprego de meios de comunicação de massas, sistema de educação escolar, religião para participação e mobilização política.
África do Sul	ANC desponta como detentor do legado de resistência e luta contra o apartheid	Dominância do projecto político de governação do ANC, sobre as demais soluções dos partidos políticos com	Emprego de liga juvenil e feminina e antigos combatentes do braço armado do ANC, mobilização política por meio de grupo étnico e religião
Portugal	A democracia e liberdade são legado da casta castrense.	O PSD e o PS oferecem projectos políticos e soluções para crises e problemas políticos, sociais e econômicos.	os partidos políticos e braços juvenis e femininos promovem a participação e mobilização. As OSC e as OS são o espaço de manifestação e exercício dos direitos políticos e civis. O sistema escolar e comunicação social procede a informação e educação cívica.
Brasil	A Democracia é um legado nacional materializado pelos movimentos sociais e mobilizações populares.	As soluções para os problemas do Brasil vêm dos partidos (PT, PDT, PTB, MDB etc.) ou coalização de partidos governamental	Obrigatoriedade do voto por eleitores alfabetizados participação e socialização por meio dos partidos políticos, OSC e movimentos, redes sociais, educação política e cívica por meio de comunicação social e estabelecimentos de ensino.

CAPÍTULO II

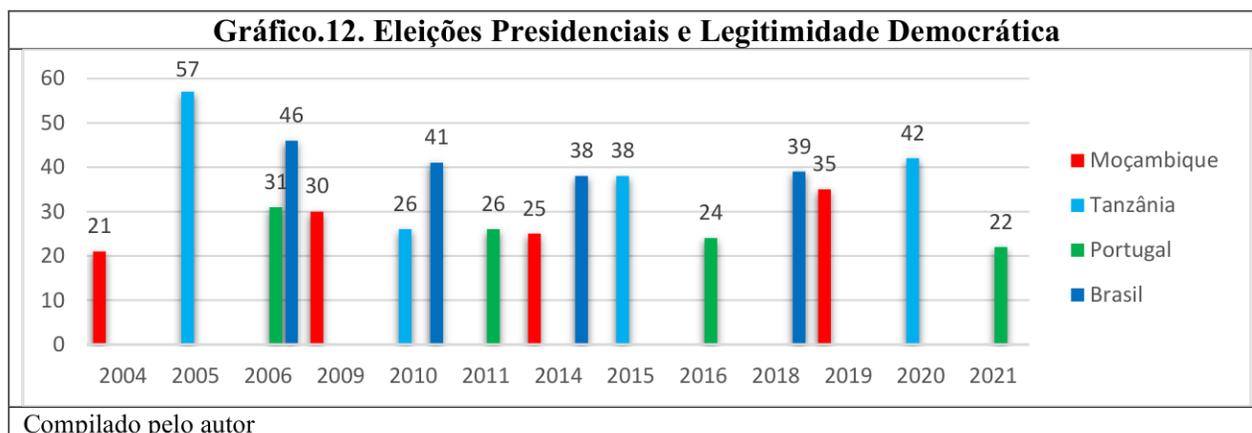
2. INTERPRETAÇÃO DE DADOS E RESULTADOS

A tabela 44 apresenta a fórmula de cálculo da LD, nesta calculamos e a LD em Moçambique, Tanzânia, África do Sul, Portugal e Brasil, permite de forma objectiva analisar a realidade política em confronto com a teoria e a base quantitativa.

Partimos da premissa que a LD é igual ou superior a 51%, para obtenção do valor da LD, devemos dividir o número de votos de candidato ou partido pelo número de eleitores registados multiplicado por 100, uma vez encontrados os valores das LD dos casos agrupar os dados para proceder a análise comparativa.

Tabela.44. Fórmula de cálculo da Legitimidade Democrática	
LD ≥ 51%	
$LD = \frac{NVCPV}{NER} \times 100$	
Legenda	
LD	Legitimidade Democrática
NVCPV	Número de Votos de Candidato ou Partido Vencedor
NER	Número de Eleitores Registados

Em relação as eleições presidenciais, o gráfico 12 apresenta os resultados para o cálculo da LD, dos candidatos vencedores das eleições presidenciais.



O candidato Armando Guebuza da Frelimo venceu eleições presidenciais de 2004 e 2009 em Moçambique aplicada a fórmula obteve o valor de 21% e 30%, o candidato Filipe Nyusi venceu as eleições presidenciais em 2014 e 2019, procedido o cálculo da LD obteve o valor de 25% e depois o valor de 35%, não se registou a LD, porque dos dois candidatos nenhum obteve 51% ou um valor superior, regista-se apenas a LE.

Na Tanzânia, Jakaya Kikwete candidato do CCM venceu as eleições presidenciais de 2005 pelo critério quantitativo e empregando a fórmula aos resultados das eleições de 2005 determinamos que Jakaya Kikwete obteve 57%, mas não estamos diante da LD, trata-se sim da LE, porque qualitativamente a democracia na Tanzânia não oferece oportunidades reais de mudanças de governos e as eleições não são efectivos mecanismos sociais que permitem a comunidade política influenciar as decisões e não há uma interiorização da cultura política democrática, impera uma cultura política partidária replicada pelo CCM que busca manter o poder e consolidar o capital e a hegemonia política, nas eleições presidenciais de 2010 o candidato Jakaya Kikwete venceu, em conformidade com fórmula obteve 26%, não registou-se a legitimidade democrática apenas a legitimidade eleitoral, o candidato do CCM John Magufuli⁺, venceu as eleições de 2015 e 2020, processados os resultados eleitorais pela fórmula, obteve o candidato vencedor apenas 38% em 2015 e 42% em 2020 registando-se nos dois pleitos apenas a LE.

As eleições presidenciais em Portugal de 2006 e 2011 foram vencidas pelo candidato Aníbal Cavaco Silva, conjugando os resultados eleitorais por meio da fórmula o candidato obteve 31% no pleito de 2006 e 26% em 2011 não regista-se a o candidato Aníbal Cavaco Silva aLD mas apenas a LE, mas em outro sentido as eleições de 2016 e 2021 foram vencidas por Marcelo Rebelo Sousa que obteve 24% e 22%, não se registou a LD, temos apenas a LE, os dois candidatos vencedores não obtiveram 51% ou um valor para registar-se a LD.

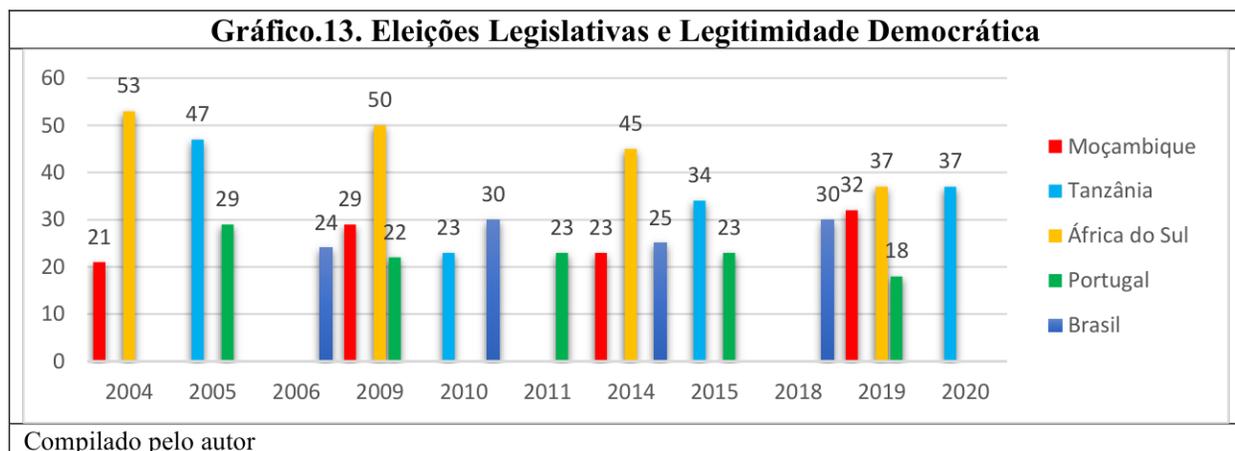
Lula da Silva era o candidato do PT e buscava a reeleição nas eleições presidências em 2006 este candidato venceu as eleições, confrontando os resultados eleitorais com a fórmula, Lula da Silva candidato vencedor obteve 46%, não registando-se a LD, mas sim a LE.

Em 2010 Dilma Rousseff concorreu as eleições presidenciais como candidata do PT, dos resultados processados pela fórmula obteve 41%, nas eleições de 2014 a candidata do PT buscava a reeleição que foi concedida pelo eleitorado com uma vitória no segundo turno, compulsados os

resultados com a fórmula obteve 38%, a candidata vencedora Dilma Rouseff não conseguiu obter nas duas eleições a LD, apenas obteve a LE.

O candidato do PSL Jair Bolsonaro venceu as eleições de 2018, operado o cálculo para obter-se a LD, o candidato vencedor conseguiu apenas 39%, um valor inferior a 51% não registou-se a LD, mas apenas a LE.

No que diz respeito as eleições legislativas, conforme o gráfico 13 abaixo, em Moçambique o partido Frelimo venceu as eleições legislativas de 2004, os resultados eleitorais processados pela fórmula determinaram 21%, não atingiu a LD, conseguiu apenas LE. Em 2009 o partido Frelimo voltou a vencer as eleições legislativas, não obteve a LD mas registou-se a LE, porque confrontados quando os resultados eleitorais foram submetidos a fórmula obteve a Frelimo 29%, nas eleições de 2014 e 2019 situação similar ocorreu, não registou-se a LD, porque quando verificados os resultados eleitorais perante a fórmula, registou-se a LE em 2014 a Frelimo obteve 23% e em 2019 conseguiu 32%.



Em Tanzânia, as eleições legislativas tiveram lugar em 2005, 2010, 2015 e 2020, e em todas as eleições o CCM foi o vencedor, mas em nenhum pleito registou-se a LD apenas foi registado a LE, os resultados eleitorais do CCM quando submetidos a operação de cálculo com a fórmula não conseguiram igualar a 51% ou superar este valor que é indicativo de existência da LD, o CCM obteve em 2005 47%, em 2010 apenas conseguiu 23%, no pleito de 2015 amealhou 34% e em 2020 conseguiu o valor percentual de 37%.

As eleições legislativas na África de Sul demonstram a transição da LD para a LE, no pleito eleitoral de 2004 o ANC venceu as eleições, os resultados eleitorais deste partido quando confrontados com a fórmula é de 53%, o ANC conseguiu atingir a LD. Mas em 2009 o ANC venceu as eleições, mas pelos resultados e quando verificados perante a fórmula ficou-se em 50%, registando a LE.

No pleito eleitoral de 2014, o ANC venceu novamente as eleições, os resultados quando foram enquadrados pela fórmula demonstram uma queda acentuada, que materializou em 45%, não registou-se a LD apenas a LE. Nas eleições de 2019 o ANC voltou a vencer as eleições legislativas, mas confrontados os resultados com a fórmula e obteve 37%, não registou-se a LD, mas a LE.

As eleições legislativas de Portugal de 2005 e 2009 foram vencidas pelo PS pela fórmula este partido obteve primeiro 29% e depois 22%, mas nas eleições de 2011 e 2015 o PSD venceu as eleições e obteve pela fórmula, primeiro 23% e em seguida 23%, nas eleições de 2019 o PS venceu as eleições, processados os resultados teve 18%, da análise não há LD, apenas regista-se a LE.

No Brasil o partido que tem conseguido vencer as eleições legislativas amealhando grande parte dos mandatos foi o PT, este partido venceu as eleições de 2006 conquistando mandatos para o Senado e câmara dos deputados, os resultados eleitorais foram confrontados com a fórmula e deram 24%.

Nas eleições legislativas de 2010 o PT venceu e os resultados em face da fórmula o partido obteve 41%, no pleito eleitoral de 2014 o PT venceu novamente, tendo os resultados enquadrados pela fórmula este partido teve 38%, nas eleições de 2018 o PT venceu e conquistou mandatos para o Senado e a câmara dos deputados, em face dos resultados eleitorais verificados em face do cálculo pela fórmula o PT obteve 39%, afirmamos que nas eleições legislativas de 2006, 2010, 2014 e 2018, não se registou a LD, mas tivemos patente a LE.

CONCLUSÃO

Comparamos a legitimidade democrática nos países em estudo, as características comuns no estudo estão nos processos de democratização que ocorreram na terceira onda de democratização e a realização contínua de eleições.

As diferenças residem na cultura política, as instituições, o processo de formação do Estado, na (des)partidarização do Estado, no Estado de direito democrático, os órgãos de gestão eleitoral e os modos e meios de realização de eleições. Em Moçambique, Portugal e Brasil nas eleições presidenciais e legislativas de 2004 a 2021 não registou-se a LD apenas tivemos a LE.

Em Moçambique temos um histórico de dominância e hegemonia do partido governamental associado a um Estado que radica no império da lei subserviente à agenda política e a moldura restritiva de exercício dos direitos e liberdades civis, associado a cultura política partidária, não há condições elementares para o brotar da LD, reforçado pelo critério quantitativo que demonstra que em Moçambique não regista-se a LD, apesar aparentar ser um regime democrático o Estado moçambicano precisa de mais tempo para consolidação da democracia, democratizar as instituições políticas (Estatais e partidárias) e despartidarizar a administração pública e proceder a disseminação de uma cultura política de natureza democrática e emancipadora.

Por outro lado Portugal e Brasil tem padrões de Estado constitucional, que garantem o império da lei, onde há um extensivo exercício de direitos e liberdades civis pela comunidade política, a administração pública está despartidarizada, os seus governantes e representantes do legislativo são eleitos em eleições livres, justas e transparentes, em termos qualitativos apresentam caracteres de democracias, no aspecto quantitativos os resultados eleitorais destes países comprovam que não estamos diante da LD, mas sim da LE porque os candidatos e partidos vencedores não são sufragados pela maioria do eleitorado, porque há cultura política democrática enraizada e cultuada baseada em um alinhamento ideológico, valores e comportamento político, transformou o PSD e o PS na maiores forças políticas na luta pelo poder que absorvem grande parte do eleitorado que não chega a ser a maioria, o Brasil tem uma cultura política democrática em consolidação, abundam no campo político muitos partidos políticos com origem no processo político socio econômico, extractos societários, na ideologia, o eleitorado identifica-se e alinha-se, os partidos políticos representam todos sectores da sociedade política sendo este factor de diversidade de

ideias e discursos políticos o elemento que impede uma maioria que legitime um candidato ou partido em eleições para obter a vitória e a LD.

A África do Sul é um Estado de Direito e Democrático onde impera a lei, tem a administração pública despartidarizada e um espaço de defesa e exercício de direitos e liberdades civis, mas com um cenário de “erosão” da legitimidade do ANC. Pelo critério quantitativo as eleições de 2004 foram o último pleito eleitoral em que o ANC liderado por Thabo Mbeki obteve a LD, as eleições seguintes mostraram uma queda continua do ANC nas lideranças de Jacob G. Zuma e M. Cyril Ramaphosa que foram eleitos apenas por voto do eleitorado, obtendo a LE, o eleitorado com a saída de Thabo Mbeki do poder, olhou e apoiou a AD e o EFF, o legado do ANC como partido político contestatário, de ruptura, aglutinador de todos os sectores da sociedade esta em falência, em benefício da oposição que crescem a cada eleição.

A Tanzânia tem instituições partidarizadas, o exercício de direitos e liberdades civis é condicionado, o partido governamental exerce uma dominância e hegemonia que restringe a actuação dos partidos da oposição e das OSC, em termos qualitativos não há espaço de consolidação da democracia e seus valores, as eleições não são meios de mudança de governantes, em termos quantitativos o CCM e seus candidatos atingem valores percentuais iguais ou superiores a 51% mas persistem posturas, discursos, valores e cultura política anti-democráticas não há lugar para a LD no contexto tanzaniano, apenas podemos falar de LE.

Em suma podemos afirmar que a LD tem lugar apenas nos regimes democráticos porque estes apresentam elementos cumulativos qualitativos associados ao critério quantitativo. Na ausência da LD, os critérios qualitativos e quantitativos podem identificar a LE, LP e a LI. As eleições e os resultados são importantes para a determinação da legitimidade democrática, mas quando submetidos a fórmula de cálculo da legitimidade democrática e o seu resultado é analisado em atenção aos elementos qualitativos cumulativos dos regimes democráticos.

A cultura política tem uma grande influência nos regimes democráticos porque explica como nos regimes democráticos não tem lugar a LD, a cultura política desponta como um repertório de modelos cognitivos e de avaliação que possibilita a comunidade política dar sentido ao seu papel como actores políticos, como eleitores tem uma reflexão introspectiva sobre a política procedem a um cálculo racional para maximização de ganhos e realizações colectivas e individuais, conhecem a sua história comum visualizam as soluções para problemas e crises políticas.

RECOMENDAÇÕES

1. Proceder a separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário, reduzir os poderes do PR como a nomeação de titulares dos principais cargos públicos do poder judiciário e eliminar a dependência financeira do poder judiciário junto ao poder executivo;
2. Despartidarização das instituições do Estado eliminando, as células e comités do partido governamental na administração pública;
3. Fortalecimento das instituições políticas, prestação de contas e reformas políticas sociais e económicas;
4. Reforma e despartidarização dos órgãos de gestão eleitoral, aprovação de um código eleitoral que reúna as regras jurídicas que vão reger o processo eleitoral;
5. Abandono do discurso de ódio e retorno a conflitos militares, mudanças de discurso, manifesto e agenda política para promover maior identificação e integração, inclusão política e socio económica da comunidade política;
6. Abandono de cultura política partidária ao nível do Estado e administração pública, disseminação de uma cultura política democrática com sentido de Estado e visão de bem comum.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, J.A. G. Montesquieu: sociedade e poder. In: WEFFORT, F.C. (org) (2001) *Os Clássicos da Política-Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “o Federalista”*. Editora Ática. São Paulo.

ALMEIDA, R.E. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: Algumas reflexões e propostas. In: DANTAS, H. (Org) (2016) *Educação Política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios*. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro.

ALMOND, G. A, & VERBA, S. (1989) *Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Sage Publications. Londres.

ARISTOTLE. Classification of Constitutions.in: ABBO, J. A (1960) *Political Thought: Men and Ideas*. The NewMan Press. Westminster Maryland.

BALL, T (2003) *Alexander Hamilton, James Madison and John Jay-The Federalist with Letters of Brutus*. Cambridge University Press. Cambridge.

BETHENCOURT, F & CHAUDHURY, K (Dir.) (1999) *História da Expansão Portuguesa*. Círculo de Leitores. Lisboa.

BJERK, P. K. (2010) *Sovereignty and Socialism in Tanzania: The Historiography of an African State*. History in Africa. Vol.37.

BOBBIO, N. *et., all.*, (1998) *Dicionário de Política* Vol. I. Universidade de Brasília. Brasília.

BOTHOMANI, I.B. (1983) *Political Socialisation in Tanzania*. África Insight.Vol.13.N.º 3.

BRAGANÇA, A & WALLERSTEIN, I (Ed) (1982) *The African Liberation Reader-Documents of the National Liberation Movements*. Vol.2.Zed Press. Londres.

BRAGANÇA, A. (1986) *Independência sem descolonização: A transferência do Poder em Moçambique 1974-1975: Notas sobre os seus antecedentes*. CEA. Número 5/6.Maputo.

BRAGANÇA, A. & DEPELCHIN, J. (1986) *Da Idealização da FRELIMO à compreensão da História de Moçambique*. Estudos Eleitorais. CEA. Número 5/6. Maputo.

BRAGANÇA, A. DAVIDSON, B. Independence without Decolonization: Mozambique. In: GIFFORD, P & ROGER LOUIS, W.M. (Ed) (1988) *Decolonization and African Independence-The Transfers of Power, 1960-1980*. Yale University Press. New Haven.

BRATTON, M. & VAN DE WALLE, N. (1997) *Democratic Experiments in Africa-Regimes Transitions in Comparative Perspective*. Cambridge University Press. Cambridge.

BRITO, L. (1993) *Estado e democracia multipartidária em Moçambique*. Estudos Moçambicanos. N.º.13, Maio.

_____. (2019) *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*. IESE. Maputo

BROOKER, P. (2014) *Non-Democratic Regimes*. Palgrave Macmillan. Londres.

BUNCE, V. (2000) *Comparative Democratization: Big and Bounded Generalizations*. Comparative Political Studies 33.

CAHEN, M. (1993) *Check on socialism in Mozambique: what check? What socialism?*” Review of African Political Economy, n° 57.

CANNAVACCIUOLO, G. (2003) *Voto Obrigatório e Democracia*. UFPR. Monografia. Curitiba.

CARRILHO, J. & DARSAN, H. *O nascer da Segunda República*. in: CARRILHO, J. & NHAMISSITANE, E. (1991) *Alguns aspectos da Constituição*. Departamento de Investigação e Legislação-EDICIL-Ministério da Justiça. Maputo.

CARTOCCI, R. Political Culture. In: BADIE, B., et., al (Edi.) (2011) *International Encyclopedia of Political Science*. Sage. Londres.

CHICHAVA, S. & POHLMANN, J. uma breve análise da imprensa moçambicana. in: BRITO, L., et, al (org.) *Desafios para Moçambique 2010*. IESE. Maputo.

CHICHAVA, S. (2010) *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana?* IESE. Cadernos IESE n.º 02/2010.

CISTAC, G. & PEQUENINO, B. (2009) *Evolução Constitucional da Pátria Amada*. GDI. CIEDIMA. Maputo.

CODATO, A. N. (2005) Uma História Política da Transição Brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba. 25.

COLLIER, D., et., al. Typologies: forming concepts and creating concepts and creating categorical variables. In COLLIER, D., et, al. (Ed.) (2008) *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Oxford University Press. Oxford.

CONAN DOYLE, A. (1902) *The War in South Africa-Its Cause and Conduct*. Smith, Elder & Co. Londres.

CONNEL, J. (1972). “*Ujamaa Villages: institutional change in rural Tanzania*”. *Journal of Administration Overseas*. Vol.11. Outubro.

COSTA PINTO, A. (2001) *O fim do império Português*. Livros Horizonte. Lisboa.

COSTA LOBO, M., et., al. (2017) *The Making and Remaking of Portuguese Democracy: An Overview*. Conference Paper. Fevereiro.

COUTO, G,C, & ABRUCIO, F. (2003) *O segundo governo FHC: Coalizações, agendas e instituições*. Tempo Social. USP. Novembro.

DANYI, C.J.& DANYI, P. (2017) *The Comparative Method of the Most Similar and most-different Systems for Crisis Communication Research*. Eastern Illinois University.

DELLA ROCCA, R.M. (1998) *Moçambique da Guerra á Paz-Historia de uma mediação insólita*, trad. MAZULA. B. Livraria Universitária UEM. Maputo.

DHAL, R. (1989) *Democracy and Its Critics*. Yale University Press. New Haven.

_____. (2001) *Sobre a Democracia*. Universidade de Brasília. Brasília.

DIAMOND, L (1996) *Is the Third Wave over?* Journal of Democracy

_____. Defining and Developing Democracy. In: DHAL, R, & SHAPIRO, I, et., al(ed.) (2003) *The Democracy Sourcebook*. MIT. Cambridge.

DYER, M. Elections and Electoral Systems. In: AXTMANN, R. (ed.) (2003) *Understanding Democratic Politics- An Introduction*. Sage Publications. Londres.

ENGEL, U. South Africa.in: NOHLEN, D., et., al. (Ed.) (1999) *Elections in Africa- a Data Handbook*. Oxford University Press. Oxford.

EWALD, J. (2011) *Challenges for democratisation process in Tanzania: Moving towards consolidation 50 years after independence?* University of Gothenburg. School of Global Studies. Ph.D. Thesis. Gothenburg.

FERREIRA, A.F & SANTANA, S, J, (2020) Partidos Políticos Brasileiros: Fomentadores ou empecilhos às práticas políticas. Revista de Direito.Vol.2.nº 2.

FERREIRA, J.M. Após o 25 de Abril. In: TENGARRINHA,J.(Org) (2000) *História de Portugal*. EDUSC/UNESP. São Paulo.

FINTEL, M.& OTT, G. (2017) *Political Culture and Participation in South Africa: the role of socio-economic factors*. Taiwan Journal of Democracy. Vol.13, N.º 1.

FORTES, A.& FRENCH, J. (2012) A “era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP. Junho. V.24. n.º 1.

FREIRE, A & PINTO, A. C. (2010) *O poder presidencial em Portugal*. Publicações Dom Quixote. 2ª edição. Alfragide.

GEFFRAY, C. (1991) *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Trad. FERREIRA, A.O. Edições Afrontamento. Porto.

GIBSON, W.J. & BROWN, A. (2009) *Working with Qualitative Data*. Sage Pub. Londres.

GRASSI, D. Democratic Consolidation. In: BADIE, B., et., al (Edi.) (2011) *International Encyclopedia of Political Science*. Sage. Londres.

GEFFRAY, C. (1991) *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Trad. FERREIRA, A.O. Edições Afrontamento. Porto.

GIBSON, W.J. & BROWN, A. (2009) *Working with Qualitative Data*. Sage Pub. Londres.

GOERTZ, G. Concepts, theories, and numbers: a checklist for constructing, evaluating and using concepts or quantitative measures.

GRUGEL, J. (2002) *Democratization: a critical introduction*. Palgrave. New York.

HAERPFER, C. W. Democratization. In: BADIE, B., et, al. (Ed) *Encyclopedia of Political Science*. SAGE. Londres.

HELD, D. *Modelos de Democracia*. Trad. MARTINS, A.S. Editora Paidéia. Belo Horizonte.

HENRISKEN, T.H.(1978) *Marxism and Mozambique*. African Affairs, n° 309(77).

HERMET, G State-controlled Elections: a Fremwork . in: HERMET, G. et all, (eds) (1978) *Electiosn Whithout Choice*. Macmillan. Basingstoke.

HEYWOOD, A. (2013) *Politics*. Palgrave Macmillan. New York.

HOBSBWAM, E. (2007) *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Companhia das Letras. São Paulo.

HOFFMAN, J. (2007) *A Glossary of Political Theory*. Edinburgh University Press. Edinburgh.

HUNTINGTON, S. P. (1991) *Democracy's Third Wave*. Journal of Democracy. Vol.2. N°2 Spring.

_____. (1991) *The Third Wave: Democratization in the late twentieth century*. University of Oklahoma Press. Londres.

JOHNSON, H.B. Portuguese settlement, 1500-1580.in: BETHELL, L. (ed.) (1984) *Colonial Brazil*. Cambridge University Press. Londres.

JOHNSON, J., *et. all.* (2016) *Political Science Research Methods*. SAGE Co Press. Washington.

JOSEPH, R. (1997) *Democratization in Africa after 1989: Comparative and Theoretical Perspectives*. *Comparative Politics*, Vol.29, Nº.3, Transitions to Democracy: a special issue in Memory of Dankwart A. Rustow.

KALILE, J.S. (2021) *Reflexões sobre migração partidária dos políticos na Tanzânia (2015-2020)*. Universidade Eduardo Mondlane-Faculdade Letras e Ciências Sociais. Trabalho final de Curso. Maputo.

KINSELL, A. (2009) *Post-apartheid Political Culture in South Africa, 1994-2004*. University of Central Florida. Stars. Thesis.

KIRKPATRICK, J. (1984) *Democratic Elections and Democratic Government*. *World Affairs*. Vol.147. N.º2.

KRIESI, H. (2013) *Democratic legitimacy: is there a legitimacy crisis in contemporary politics?* Gastbeitrag. PVS, Vol.4.

LANDMAN, T. (2008) *Issues and Methods in Comparative Politics: An Introduction*. Routledge Taylor & Francis Group. Londres.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. (1992) *Metodologia do Trabalho Científico*. Editora Atlas. São Paulo.

LAURENTIUS GAHNSTRÖM, C, S. (2012) *Ethnicity, Religion and Politics in Tanzania: the 2010 General Elections and Mwanza Region*. Universidade de Helsinki-Faculty of Social Sciences. Master's thesis.

LEFTWICH, A (1996) *Two Cheers for Democracy?* *Political Quarterly*, 67.4.

LIJPHART, A. (1971) *Comparative Politics and the Comparative Method*. *The American Political Science Review*. Vol.5. No. 3.

_____. (2012) *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. Yale University Press. New Haven.

LINZ, J.J. & STEPAN, A. (1999) *A transição e consolidação da Democracia- a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Trad. Zimbres, P. Paz e Terra. São Paulo.

LINZ, J.J. Democratic Consolidation. In: BARRY CLARKE, P. & FOWERAKER, J. (Edi.) (2001) *Encyclopedia of Democratic Thought*. Routledge- Taylor & Francis Group. Londres.

LIPSET, S.M. (1959) *Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy*. *American Political Science Review*.53(1).

_____. (1960) *Political Man – The social bases of Politics*. Doubleday & Company. New York.

LOCKE, J. Of Civil Government. In: GRIMES, A. P. & HORWITZ, R. H.(1959) *Modern Political Ideologies*. Oxford University Press. Nova York.

LÜCHMANN, L.H.H. Impactos democráticos do associativismo: questões teóricas e metodológicas. In: MELO ROMÃO, W., et., al(org) (2014) *Participação política no Brasil: ação coletiva e interfaces socioestatais*. Cultura Académica. São Paulo.

LUNDIN, I. Partidos Políticos: A leitura da vertente étnico-regional no processo democrático. In: MAZULA, B.(ed.) (1995) *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo.

MACUANE, J.J. *Instituições e Democratização no Contexto Africano: multipartidarismo e organização legislativa em Moçambique (1994-1999)*. Tese de Doutoramento. IUPERJ. Rio de Janeiro.2000.

MAGALHÃES, P.C. Elections, Parties, and Policy-Making Institutions in Democratic Portugal. In: COSTA PINTO, A. (Ed.) (2011) *Contemporary Portugal -Politics, Society and Culture*. Columbia University Press. Nova York.

MAINWARING, S. (1999) *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*.Stanford University Press. Stanford.

MARCONI, M. & LAKATOS, E. (2003) *Fundamentos de Metodologia Científica*. Editora Atlas. São Paulo.

MATTOSO, J. (Dir.) (1994) *História de Portugal*. Círculo de Leitores. Lisboa.

MAURO, F. Political and economic structures of empire, 1580-1750.in: BETHELL, L. (ed.) (1984) *Colonial Brazil*. Cambridge University Press. Londres.

MAZULA, B. As eleições moçambicanas: uma trajetória da paz e da democracia.in: MAZULA, B.(Ed.) (1995) *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. CEDE. Maputo.

MAZULA, B. (2000) *A construção da Democracia em África: O caso moçambicano*. Sociedade Editorial Ndjira. Maputo.

MCCORMICK, J. (2010) *Comparative Politics in Transition*. Wadsworth/Cengage Learning. Boston.

MEADE, T. A. (2004) *A brief History of Brazil*. Checkmark Books. New York.

MEIGHAN, R. Elections. In: BARRY CLARKE, P. & FOWERAKER, J. (Edi.) (2001) *Encyclopedia of Democratic Thought*. Routledge- Taylor & Francis Group. Londres.

MONROE, A. D. (2000) *Essentials of Political Research*. Westview Press. Oxford.

MOREIRA, A. (1997) *Ciência Política*. Almedina. Coimbra.

MORLINO, L., et., al., (2017) *Political Science a Global Perspective*. SAGE. Washington DC.

MOSCA, G. (1923) *Elementi di Scienza Política*. Fratelli Bocca Editore. Torino.

MOSCA, J. (2011) *Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*. Escolar Editora. Maputo.

NGOENHA, S.E. (2014) *Filosofia Africana -Das Independências às Liberdades*. Editora Paulinas. Maputo.

NOLUTSHUNGU, S. C. South Africa and the Transfers of Power in Africa. In: In: GIFFORD, P & ROGER LOUIS, W.M. (Ed) *Decolonization and African Independence- The Transfers of Power, 1960-1980*. Yale University Press. New Haven.

NUVUNGA, A. & ADALIMA, J. (2011) *Mozambique Democratic Movement (MDM): na análise of new opposition party in Mozambique*. Friedrich Ebert Stiftung Mozambique. CIEDIMA. Maputo.

NYLEN, W.R. (2014) *O orçamento participativo num regime autoritário competitivo: um estudo de caso (Maputo, Moçambique)*. Cadernos IESE N.º 13P/2014.

O'DONNELL, G. & SCHMITTER, P.C. Transitions from authoritarian rule; Tentative conclusions about uncertain democracies. In: O'DONNELL, G et, al, (1986) *Transition from Authoritarian Rule: Southern Europe*. Johns Hopkins University Press. Baltimore.

O'DONNELL, G. A. (2007) *The Perpetual Crises of Democracy*. Journal of Democracy. Vol. 18. Nº. 1.

OLIVEIRA CABAÇO, J.L. (2007) *Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação*. Tese de Doutoramento. USP. São Paulo.

O'NEIL, P. (2009) *Essentials, of Comparative Politics*. W.W. Norton & Company. New York.

OSTHEIMER, A. & LALÁ, A. (2003) *Como limpar as nodoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990-2003)*. KAS. Maputo.

PARTRIDGE, J.A. (1866) *On Democracy*. J.B. LIPPINCOTT and C. Philadelphia.

PENNINGS, P & KEMAN, H. Comparative research methods. in: CARAMANI, D (ed) (2008) *Comparative Politics*. Oxford University Press. Oxford.

PRZEWORSKI, A (1986) Some Problems in the Study of Transitions to Democracy, in: O'DONNELL, G. et, all. (eds) *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives*. Johns Hopkins University Press. Baltimore.

RAGIN DIRK, C. C. Political Methodology: Qualitative Methods. In: GOODIN, R. E & KLINGERMANN, H. D. (2000) *A New Handbook of Political Science*. Oxford University Press. New York.

REEVE, A. & WARE, A. (2006) *Electoral Systems- a Comparative and Theoretical introduction*. Routledge. Londres.

RESNICK, I.N. (1981) *The Long Transition-Building Socialism in Tanzania*. Monthly Review Press. Londres.

RODRIGUES, M. U. (1975) *Da Resistência á Revolução (1963-1975)*. Edições. Avante. Lisboa.

RODRIGUES, C. (2015) participation and the quality of Democracy in Portugal. *Revista Critica de Ciências Sociais*. 1-08. Dezembro.

ROETT, R. (1999) *Brazil: Politics in a Patrimonial Society*. PRAEGER Pub. Londres.

ROSARIO, D. Descentralização em contexto de partido “Dominante”: o caso do município de Nacala-Porto. BRITO, L. et, al (Org.) (2011) *Desafios para Moçambique*. IESE. Maputo.

ROSS, D. (1995) *Aristotle*. Routledge. Londres.

RUSTOW, D (1970) *Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model*. *Comparative Politics*, 2, 3.

SARTORI, G. (1995) *Elementi di Teoria Política*. Società Editrice il Molino. Bologna.

SAUL, J.S.. The Context: A Transition to Socialism. In: SAUL, J.S. (ed)(1985) *The Transition to Socialism in Mozambique*. Monthly Review Press. Nova York.

SAUNDERS, C. Historians & Apartheid. LONSDALE, J. (ed) (1988) *South Africa in Question*. University of Cambridge. Cambridge.

SCHMITTER, P. & KARL, T.(1991) What Democracy Is...and Is Not. *Journal of Democracy*. Summer.

SCHMITTER, P. (1995) *Transitology: The Science or the Art of Democratization*. In: TULCHIN, J & ROMERO, B. (eds), *The Consolidation of Democracy*. Woodrow Wilson Center/Lynne Rienner. Boulder.

SCHUMPETER, J.A. (1961) *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Editora Fundo da Cultura. Rio de Janeiro.

SHIN, D. C. (1994) *On the Third Wave of Democratization: A Synthesis and Evaluation of Recent Theory and Research*. World Politics.

SILVA, A.M-D. Imperial re-organization, 1750-1808.in: BETHELL, L. (ed.) (1984) *Colonial Brazil*. Cambridge University Press. Londres.

SITOE, E. J. Lições da Experiência Moçambicana de Democratização. In: ROSÁRIO, D.M, et.,all.(org) (2020) *Democracia Multipartidária em Moçambique*.EISA.Maputo.

THOMASHAUSEN, A. Democracia moçambicana antes e depois de Afonos Dhlakama.In: ROSARIO, D. et., al (org.) (2020) *Democracia Multipartidária em Moçambique*. Eisa.Maputo.

TORDOFF, W. (1967) *Tanzania: Democracy and the One-Party State*. Government and Opposition. Vol. 2. N.º 4. Julho-Outubro.

TUCIDIDES (c.460-. a.C.) (2001) *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. GAMA KURY, M. Editora Universidade de Brasília. Brasília

VINES, A. (1991) *Renamo from Terrorism to Democracy in Mozambique?*.CSAS. Universidade de York. York.

VINES, A. Afonso Dhlakama and Renamo’s return to armed conflict since 2013: the politics of reintegration in Mozambique. in: THEMNER, A. (ed) (2017) *Warlords Democrats in Africa: Ex-military leaders and electoral politics*. Zed Books. Londres.

VINES, A. Violence, Peacebuilding, and Elite bargains in Mozambique since Independence. In: MCNAMEE, T. & MUYANGWA, M (Ed.) (2021) *The State of Peacebuilding in Africa: Lessons Learned for Policymakers and Practitioners*. Palgrave Macmillan. Washington.

WEBER, M. (2003) *Sociologia*. Trad. COHN G. Editora Ática. São Paulo.

WEYLAND, K. (1993) *The Rise and Fall of Preident Collor and Its Impact on Brazilian Democracy*. Journal of Interamerican Studies and World Affairs. Vol.35, N.º 1.

WHITE, S. (1986) *Economic Performance and Communist Legitimacy*. World Politics.38(3).

WHITEHEAD, L. (2002) *Democratization: Theory and Experience*. Oxford University Press. Oxford.

WIESNER, C. (2008). “*Democratic Legitimacy, Democratisation and Democratic Identity of the European Union - Old Questions, New Challenges*”. Redescriptions. Yearbook of Political Thought and Conceptual History.

ZUPPI, D.M. A comunidade de Santo Egídio no Acordo Geral de Paz. in: MAZULA, B. (Ed.) (1995) *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. CEDE. Maputo.

SITES

<http://psephos.adam-carr.net>

http://africanelections.tripod.com/tz.html#2010_Presidential_Election

<https://www.nec.go.tz/publications/51>

<http://electionresources.org/pt/assembly.php?election=2015>